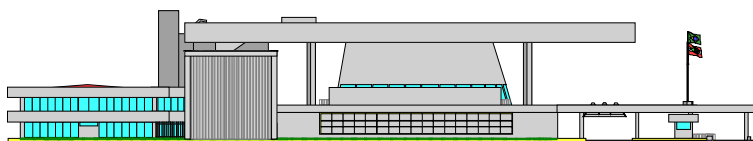


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 16 DE MARÇO DE 2011

NÚMERO 6.260

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon – Presidente
Dado Cherem - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Maurício Eskudlark
Elizeu Mattos

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin
Ângela Albino
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-
Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Ângela Albino
Altair Guidi
Sílvio Dreveck
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Manoel Mota
Maurício Eskudlark

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Marcos Vieira - Presidente
Maurício Eskudlark
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Ada Faraco De Luca
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Ângela Albino
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino de Oliveira
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino de Oliveira
Ada Faraco De Luca
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente
Ada Faraco De Luca
Maurício Eskudlark
Ângela Albino
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino de Oliveira
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Ângela Albino - Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SAÚDE

Dado Cherem
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Ângela Albino
José Nei Alberton Ascari
Dado Cherem

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XVIII - NÚMERO 2260 EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 014ª Sessão Ordinária realizada em 09/03/2011 2 Ata da 015ª Sessão Ordinária realizada em 10/03/2011 8</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa DL..... 16</p> <p>Publicações Diversas Ata da Procuradoria 17 Ata de Comissão Permanente.. 17 Avisos de Licitação 17 Ofícios..... 18 Projeto de Emenda Constitucional..... 18 Projetos de Lei 19 Requerimento..... 20</p>
---	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 014ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Angela Albino - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Ismael dos Santos - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Reno Caramori - Renato Hinnig - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Explicação Pessoal

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Preocupa-se com o fato da Anvisa estar pronta para transformar as consultas públicas sobre o fumo em resoluções, a partir do mês de abril.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Alia-se à preocupação com relação às resoluções da Anvisa com relação ao fumo.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (aparte) - Demonstra preocupação com os agricultores, mas alerta para os danos que o cigarro causa à saúde.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Lembra o aniversário de 160 anos de Joinville; cumprimenta as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Expressa sua preocupação com a falta de investimentos em mobilidade urbana na capital; cumprimenta a União da Ilha da Magia pela conquista do primeiro lugar no Carnaval de Florianópolis.

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT (pela ordem) - Registra a presença da JPMDB de Joinville.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Cumprimenta as deputadas pela realização da homenagem às mulheres; discorre sobre os 160 anos de Joinville.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Analisa a vitória do Grêmio Recreativo e Escola de Samba União da Ilha da Magia.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Homenageia a mulher; analisa qual o conceito de sistema modal a Grande Florianópolis e para Santa Catarina querem.

DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Cumprimenta Joinville na passagem dos seus 160 anos de fundação; afirma que pouco se fez para melhorar a mobilidade urbana de Florianópolis nos últimos oito anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Peço vênias, antes de suspender a sessão, para que possamos homenagear as mulheres, pelo Dia Internacional da Mulher.

(Passa a ler.)

“Primeiramente, cumprimento as sras. deputadas, os srs. deputados, também aqueles que brincaram um bom carnaval, em especial, aos foliões da União da Ilha da Magia, escola da Lagoa da Conceição, que foi a campeã do Carnaval de Florianópolis; a escola Vale Samba, que conquistou o primeiro lugar do Carnaval em Joaçaba, principal carnaval do meio-oeste catarinense; a Democratas, campeã do Carnaval de Laguna, a mais animada do sul do estado; e as três escolas campeãs de São Francisco do Sul, a Filhos da Ilha, a Unidos do Paulas e a Mocidade Independente de Água Branca, todas campeãs do tradicional Carnaval do litoral norte.

Como catarinenses também devemos referenciar a garra da Acadêmicos da Grande Rio, que mesmo tendo sofrido perdas há um mês do Carnaval, abrilhantou a festa no Rio de Janeiro com um enredo homenageando a nossa capital, Florianópolis, e também o professor, historiador, folclorista e artista plástico, Franklin Cascaes.

Além de todas as escolas, também devemos parabenizar as mulheres, que trabalharam com muita garra e abrilhantaram essa grande festa popular, cuja data coincidiu com a passagem do Dia Internacional da Mulher, motivo deste ato solene na tarde de hoje nesta Assembleia Legislativa.

Aqui todas as mulheres catarinenses são muito bem representadas pelas deputadas Ada De Luca, Ana Paula Lima, Angela Albino, Dirce Heiderscheidt e Luciane Carminatti.

Pela primeira vez, nesta Legislativa, em toda a história do nosso Parlamento, temos cinco deputadas em plenário. Ninguém melhor do que elas para se manifestar pela passagem do centésimo aniversário desta data especial, o Dia Internacional da Mulher.

Quero, em meu nome, em nome dos deputados, em nome da Assembleia Legislativa, deixar esse registro e cumprimentar todas as mulheres, especialmente as catarinenses e brasileiras."

Por um acordo de lideranças, teremos, neste momento, um ato solene, feito pelas sras. deputadas, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, com a participação, é claro, dos srs. deputados. Suspenderemos a sessão até as 15h e se o evento se estender, estaremos aqui para que essa homenagem seja feita da melhor forma possível, com todo o reconhecimento à mulher.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori)(Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0085/2011, de autoria do deputado Dado Cherem; 0086/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; e 0087/2011 e 0088/2011, de autoria do deputado Jorge Teixeira, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunicamos ainda que são deferidos de plano os Requerimentos n.s: 0129/2011, 0130/2011, 0131/2011, 0132/2011, 0133/2011 e 0134/2011, de autoria do deputado Edison Andrino.

Requerimento n. 0128/2011, de autoria da deputada Angela Albino, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro dos Transportes e ao superintendente regional do DNIT, apelando por medidas administrativas emergenciais no sentido de agilizar a conclusão das obras de infraestrutura no km 94, da BR-280.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Joares Ponticelli, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, estávamos conversando com o líder do governo sobre uma reunião do governador com a base, que está prevista para ocorrer na quarta-feira, dia 16, e precisamos que o deputado Elizeu Mattos se empenhe para fazer uma mudança de agenda, porque é preciso que a partir dessa sexta-feira, deputados Darci de Matos e José Milton Scheffer, esta Casa, além dos depu-

tados que já estão envolvidos nessa questão das consultas que a Anvisa está fazendo sobre as novas resoluções com relação ao controle da plantação de fumo, tenha um envolvimento ainda maior, porque as informações que temos de Brasília não são nada animadoras. O que se afirma em Brasília é que a Anvisa está pronta para transformar essas consultas públicas em resolução já a partir do começo de abril. Se isso acontecer haverá uma crise ampliada no setor produtivo de Santa Catarina sem precedentes.

A rizicultura já enfrenta problemas de toda sorte, até porque, lamentavelmente, a produção de arroz está caindo e os contratos que o Brasil têm com o Mercosul ainda fazem entrar mais de um milhão de toneladas, deputado José Milton Scheffer, o que prejudica ainda mais o nosso rizicultor. E agora as 57 mil famílias produtoras de fumo em Santa Catarina estão na iminência também de entrar num processo de desmonte da cultura sem precedentes.

O deputado Sargento Amauri Soares conhece bem o setor, uma vez que lá em Imbuia produz-se muito fumo e também em todo o alto vale. Aliás, v.exa., assim como eu, foi plantador de fumo, além de tantos outros deputados.

Precisamos agora, deputado Volnei Morastoni, mostrar para a Anvisa que há um equívoco no conteúdo dessas consultas. V.Exa., até pela profissão que exerce, tem um histórico de combate ao uso do cigarro, e eu respeito isso e acho que v.exa. faz muito bem em dedicar-se tanto a essa causa. Mas não é proibindo a produção que vamos diminuir o consumo do fumo, até porque se isso resolvesse ninguém consumiria maconha, cocaína e crack neste país e em nosso estado, deputado Ismael dos Santos, e não teríamos já 30% do cigarro que se consome contrabandeado do Paraguai.

Se simplesmente forem implementadas essas resoluções que estão ainda em fase de consulta pública, não tenho a menor dúvida, deputado José Milton Scheffer, de que haverá um incremento extraordinário do contrabando de cigarro no Brasil. E aí, deputado Valmir Comin, os produtores, principalmente do fumo tipo burley, não vão ter mais como sobreviver, porque o nosso modelo fundiário não permite, em curto espaço de tempo e sem subsídios, a substituição de cultura.

Precisamos, sim, de uma política agrícola que permita essa substituição, mas isso tem que ser feito gradativamente. Não podemos, de uma hora para outra, impedir que esse tipo de fumo seja produzido, porque essas famílias vão padecer. Não há outra saída neste momento, porque a cultura do fumo ainda é, deputado Ismael dos Santos, a que, numa pequena propriedade, com pouca mão de obra e em pouco tempo, dá maior rentabilidade. Ela ainda é a cultura que, para o agricultor, dá a maior rentabilidade; é ela que garante, efetivamente, o sustento da sua família e nós precisamos irmanar-nos.

Na próxima sexta-feira, deputado Darci de Matos, certamente estaremos juntos lá em Santa Cruz do Sul com os deputados José Milton Scheffer, Aldo Schneider, Manoel Mota e com todos aqueles que se estão movimentando para participar da grande mobilização que haverá no Rio Grande do Sul. Espera-se algo em torno de quatro a cinco mil fumicultores naquele evento, e nós, de Santa Catarina, precisamos estar lá também.

Agora o governo Tarso Genro, graças a Deus, sensibilizou-se, porque havia, deputado Volnei Morastoni, pelo que se sentia, até uma

resistência do próprio governo, uma vez que é a Anvisa que está fazendo essa consulta. Mas as últimas informações que temos do Rio Grande do Sul é que o governo daquele estado sensibilizou-se e, assim como o nosso, está abraçando a defesa dos fumicultores.

No dia 14 realizaremos uma audiência pública nesta Assembleia, por proposição minha e do deputado Darci de Matos, que será capitaneada pelo deputado Aldo Schneider, como presidente da comissão de Agricultura, e pelo deputado José Milton Scheffer, como presidente da comissão de Economia. É importante também que façamos uma grande mobilização de Santa Catarina.

No dia 16, quarta-feira, haverá a reunião com o governador, e por isso o nosso apelo para que o líder do governo mude essa reunião para que todos nós possamos, junto com o Fórum Parlamentar Catarinense, com o Fórum Parlamentar Gaúcho e com o Fórum Parlamentar Paranaense, participar no sentido de tentar sensibilizar a Anvisa para que reveja aquilo que está embutido no conteúdo dessas resoluções.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Joares Ponticelli, parabéns pelas suas ações no sentido de proteger os fumicultores de Santa Catarina, do sul do Brasil e do país, juntamente com os demais deputados.

Em nosso entendimento - e já tratamos desse assunto na comissão de Agricultura, deputado Volnei Morastoni -, a proposta da Anvisa é clara. Essas duas consultas públicas, a que proíbe a exposição do cigarro no momento da venda e a que proíbe a mistura dos ingredientes na fabricação, têm um único objetivo: dar um golpe fatal nos produtores de fumo do Brasil. E só em Santa Catarina são 60 mil produtores!

Por isso, temos que fazer uma cruzada dos partidos de todas as regiões, para que possamos sensibilizar a Anvisa e reverter essas duas consultas públicas. Afinal de contas, são pequenos produtores que estão com suas atividades colocadas em risco neste momento, com as duas consultas públicas.

Parabéns, deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Deputado Joares Ponticelli, também sou solidário ao problemas das 60 mil famílias de fumicultores de Santa Catarina. Confesso que ainda não tenho conhecimento dessas medidas da Anvisa, mas pretendo inteirar-me.

Agora, precisamos avançar e superar essas dificuldades, inclusive no sentido de, futuramente, substituímos esses cultivos. Naturalmente, essas famílias precisam dos subsídios encontrados no cultivo do fumo e não no cultivo do feijão, do milho etc. Por isso já propus, em outro mandato nesta Casa, através de projeto de lei, que substituíssem o cultivo do fumo pelo cultivo de plantas medicinais, de flores, de alimentos.

Precisamos de bom senso para avançar, mesmo que seja no fumo para exportação, porque fiquei impressionado, em viagens pela Europa ou mesmo na China, com o alto índice de fumantes. E não podemos

negar os avanços que tivemos no Brasil, no combate ao fumo.

Lembro-me que, no meu primeiro mandato nesta Casa, em 1995, subi nesta tribuna com máscara porque aqui todos fumavam nos corredores, nas salas de reuniões, mas avançamos muito nesse sentido, no Brasil todo. Por outro lado, sei que esse é um problema social da maior envergadura que precisamos tratar com muita atenção, com muito carinho.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni, incorpo a sua responsável manifestação ao meu pronunciamento, pois conheço a sua luta. Também peguei a fase em que alguns cinzeiros permaneciam no plenário. Foi todo um processo a ser vencido.

Na questão do produtor em si, até concordo que se faça a substituição, mas é preciso, primeiramente, encontrar alternativas porque não podemos permitir que essas quase 60 mil famílias percam a sustentabilidade. É preciso fazer uma mobilização e, para tanto, conclamo todos, de sexta até quarta-feira que vem, no Congresso Nacional, a reverter esse quadro junto à Anvisa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, serei breve.

Quero fazer dois registros. Primeiramente, deputado Darci de Matos, gostaria de homenagear a cidade de Joinville, que hoje comemora 160 anos de emancipação. A antiga Colônia Dona Francisca, uma homenagem à filha de dom Pedro I, que mais tarde se casaria com o príncipe de Joinville, uma cidade da França, tornou-se uma cidade pujante.

A cidade de Joinville recebeu, inicialmente, imigrantes alemães, suíços e noruegueses, que fundaram uma cidade que hoje é de imigrantes vindos de três regiões do Brasil e, em especial, nas últimas décadas, do sudoeste do Paraná.

Joinville se tornou a maior cidade de Santa Catarina, uma cidade extremamente diversificada no que diz respeito à economia, uma das grandes potências do sul do país, com mais de 500 mil habitantes.

Portanto, parabéns aos joinvilenses pelos seus 160 anos de emancipação!

A temática desta tarde neste Parlamento não foi outra senão a homenagem às mulheres. E quero somar-me, deputada Luciane Carminatti, às deputadas que hoje conduziram esta plenária na justa homenagem às mulheres, representando todo o estado de Santa Catarina, neste Dia Internacional da Mulher. Um dia festivo, mas, infelizmente, também comercial, que surgiu num contexto diferente na luta das mulheres por um trabalho mais digno, pelo direito do voto e por tudo aquilo já pautado e sinalizado nesta tarde.

Quero, nesta minha rápida homenagem às mulheres, tecer um comentário sobre as operárias têxteis, pois venho de uma região que utiliza 60% da mão de obra feminina no campo das indústrias têxteis de Santa Catarina e também do país.

Parabenizo as mulheres, neste momento, citando a atitude e ação implementadas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem, que fez, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher em 2011, um concurso do qual as operárias têxteis participaram.

O livro *Palavra de Mulher* ficou muito bonito e eu tive a oportunidade de ler alguns poemas. Permitam-me, sras. deputadas, srs. deputados, fazer esta homenagem às operárias têxteis, trabalhadoras de Santa Catarina, lendo a poesia de Ângela Maria Bitencourt, que ficou em primeiro lugar nesse concurso.

Ângela Maria Bitencourt escreveu a poesia *Ao Encontro de Deus* e foi a ganhadora desse concurso em homenagem às mulheres. Diz assim o poema:

(Passa a ler.)

“Senhor, por muito tempo te procurei

Olhando pro alto, não te achei.

Quando desisti de te encontrar

Baixei os olhos e estavas lá.

No rosto da minha amiga operária,

No olhar do meu irmão doente.

No sorriso da criança solitária.

Na face do idoso carente.

Mas também te encontrei

Na flor que desabrochou no meu

jardim,

No pôr do sol que admirei,

Na natureza, enfim...

Hoje, quando me ajoelho e rezo

Sei que estás sempre por perto.

Agradeço, peço, louvo e espero...

Pois és meu PAI e me amas por

certo!”[sic]

Este é o poema de Ângela Maria Bitencourt, que ficou em primeiro lugar entre as 50 poesias selecionadas para o livro *Palavra de Mulher*, uma homenagem do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem às operárias têxteis, e permitam-me estender essa homenagem a todas as mulheres catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - O próximo orador inscrito é o deputado Edison Andrino, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres srs. deputados, assomo, sr. presidente, à tribuna pela primeira vez após ter tomado posse nesta Casa, na última terça-feira, e faço-o, sr. presidente, agradecendo, primeiramente, aos eleitores que mais uma vez me conduziram não como titular, mas na qualidade de suplente, ao décimo mandato da minha vida pública. Agradeço à bancada do PMDB, agradeço ao deputado Romildo Titon pelo esforço que fez para que eu assumisse uma cadeira na Assembleia Legislativa de Santa Catarina; agradeço ainda ao governador Raimundo Colombo.

Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, vou procurar, durante este meu mandato, trabalhar e levantar aqui as grandes questões do estado de Santa Catarina, principalmente os problemas que dizem respeito à minha região, a região da Grande Florianópolis, uma região com quase um milhão de habitantes e que tem problemas sérios que não podem e não vão ser resolvidos isoladamente, deputado Sargento Amauri Soares. Falo aqui sobre os problemas do lixo, do saneamento básico, do transporte coletivo, da geração de emprego, da área industrial etc. Tudo isso tem que ser resolvido de uma maneira integrada.

O governo passado cometeu um erro quando fez a reforma administrativa, criou as secretarias regionais e extinguiu as regiões metropolitanas, principalmente a da Grande Florianópolis. Sabemos que as SDRs têm função administrativa e técnica, e que as regiões metropolitanas têm uma função institucional. Existem políticas públicas em

nível de Brasil e em nível internacional para grandes aglomerados urbanos. Para resolver o problema de saneamento básico da Grande Florianópolis não podemos olhar apenas para a ilha de Santa Catarina, apenas para Biguaçu, São José ou Palhoça, porque as águas que banham esses municípios são as mesmas que banham a ilha capital. Resolver o problema do saneamento básico aqui e não resolver o de Palhoça, não adianta nada, porque se o vento é nordeste, joga a sujeira para lá e se é sul, joga para cá. Então, tem que ser tudo integrado.

É de fundamental importância e urgência que na minirreforma administrativa que veio para Assembleia Legislativa reativemos a região metropolitana da Grande Florianópolis, que esta Casa já criou por lei, mas que está só no papel. Precisamos criar a estrutura administrativa que vai gerenciar a região metropolitana da Grande Florianópolis, que é a mais importante do estado de Santa Catarina.

Parece-me que a minirreforma administrativa sequer faz referência a isso. Espero que esta Casa consiga reverter essa situação através de uma conversa, de um acordo com o Executivo. Parece-me que houve um esquecimento, quem sabe pensaram em mandar depois, mas é necessário, é urgente que se faça agora.

Discutimos muito o problema da mobilidade urbana na gestão passada, e eu coordenei, juntamente com a comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, a criação de uma frente em defesa da mobilidade urbana da Grande Florianópolis. Mas isso não pode ser resolvido isoladamente com a prefeitura de Florianópolis. Muito pelo contrário, precisamos ter claramente uma política nacional de transporte coletivo que envolva o governo federal, o estadual e as prefeituras de médio porte, como as de Joinville, Florianópolis, Criciúma e Blumenau.

Quando o governo federal resolveu incentivar a compra de automóvel baixando o IPI, conseguiu, na verdade, engarrafar ainda mais as cidades. O PAC, que é um programa importante para o desenvolvimento do país, não trata, infelizmente, do transporte coletivo. E o transporte coletivo no país, hoje, é um barril de pólvora, porque ninguém sabe o que vai acontecer. E esse problema pode aumentar num município como Florianópolis, que tem uma topografia muito complicada, com morros no meio da cidade, com as baías norte e sul em volta, além de dunas e mangues, que são áreas de preservação permanente.

Precisamos ter, claramente, uma política de transporte coletivo que resolva esse problema. O que temos visto, ultimamente, é esse debate sobre o que tem que ser feito para resolver o problema. Assisti hoje, pela televisão, ao presidente do Deinfra dizer que devemos fazer uma terceira ponte ligando a ilha ao continente; mas o prefeito diz que não tem que ser uma ponte, mas um túnel; ao passo que um terceiro defende a construção de uma ponte estaiada. Meu Deus do céu! Temos que formar um grupo, sentar e conversar. Mas não deve ser formado apenas por técnicos! Temos que chamar os ex-prefeitos desta cidade e o lpu, para pensarmos na região da Grande Florianópolis de uma maneira global.

O deputado Kennedy Nunes não está no momento, ele que foi um grande batalhador pela recriação das regiões metropolitanas, luta que também foi nossa quando administramos Florianópolis e o então deputado João Henrique Blasi apresentou projeto consolidando a nossa ideia. No entanto, as RMs foram extintas na reforma administrativa proposta pelo governador Luiz Henrique da Silveira.

É importante que esta Casa, que recriou as regiões metropolitanas, faça agora um grande esforço para que seja instalada a estrutura necessária para que a RM da Grande Florianópolis funcione adequadamente.

Sr. presidente, esse é um tema do qual voltarei a falar muitas vezes nesta Casa, na tribuna e nas comissões, para que nós, deputados, principalmente os desta região - Cesar Souza Júnior, mesmo sendo secretário, Renato Hinnig, que assume a SDR da Grande Florianópolis, Angela Albino e Dirce Heiderscheidt -, mobilizemos para achar uma solução.

Mas quero aproveitar, sr. presidente, o minuto que me resta para cumprimentar a escola de samba da Lagoa da Conceição, a Unidos da Ilha da Magia, que foi campeã do Carnaval de Florianópolis abordando um tema polêmico. E eu, que tive como ídolo na juventude Ernesto Che Guevara, que era uma referência mundial, já que à época lutava contra a ditadura militar, quando soube do tema disse: "Rapaz, esses caras são loucos!" Mas a verdade é que escolheram um tema polêmico, em função das circunstâncias de hoje, e ganharam. A gurizada da Lagoa da Conceição mobilizou uma comunidade que nunca se envolveu muito com o Carnaval e deu uma demonstração de organização, de competência e de harmonia, conseguindo o campeonato já no seu terceiro ano de existência.

Então, quero cumprimentar a diretoria, através do Valmir Braz de Souza, o Nena, que é o presidente. Cumprimento ainda a Colônia, escola do continente, a Consulado do Samba, a Copa Lord e a Protegidos da Princesa. Cumprimento também os blocos que desfilarão, a prefeitura municipal de Florianópolis pela bela organização do Carnaval, a secretaria de Turismo de Santa Catarina e também a Polícia Militar pela segurança. Foi um dos carnavais, sr. presidente, com menor índice de violência na capital dos catarinenses.

Então, 2011 ficará marcado como o primeiro Carnaval em que a escola de samba da Lagoa da Conceição, a União da Ilha da Magia, conquistou o primeiro lugar. E que me perdoem as outras escolas, mas a Lagoa da Conceição ainda vai ganhar muitos carnavais daqui para frente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Dirce Heiderscheidt - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Dirce Heiderscheidt.

A SRA. DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT - Sr. presidente, quero registrar a presença da Graziela, que acompanha um grupo da Juventude do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - JPMDB -, de Joinville, que veio prestigiar o evento das mulheres. Parabéns pelo Dia Internacional da Mulher!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sra. presidente, desejo rapidamente fazer menção a dois assuntos. Por isso saúdo os srs. deputados e deputadas, os telespectadores das TVAL e os ouvintes da Rádio Aleisc Digital.

Primeiramente, não poderia deixar, deputada Angela Albino, de parabenizar a bancada feminina deste Parlamento por haver organizado uma homenagem às pessoas que deixaram registrado na história um trabalho fantástico em Florianópolis e Santa Catarina.

Ontem foi o Dia Internacional da Mulher, um dia de reflexão, de lutas, enfim. Eu ousou afirmar que as mulheres continuam cuidando dos filhos, dos maridos, da casa, mas nas últimas quatro décadas foram para o Judiciário, para o Legislativo, para a política, para o mundo empresarial. Ou seja, estão dando um *show* de competência e de sensibilidade.

Os estudiosos dizem que este vai ser o século do lazer, do entretenimento e vai ser também o século da mulher. Por alguns motivos estudaram dizendo aquilo que é trivial, que certamente todo mundo sabe, ou seja, que as mulheres têm intuição, perspicácia, agem associando a razão com a emoção, estudam mais que os homens e são mais fiéis que os homens. Não poderia ser diferente.

Então, as mulheres estão de parabéns! A sociedade evoluiu, sem dúvida alguma, nos últimos 50 anos mais do que em toda a história da humanidade, e um dos motivos foi a entrada, a inserção da mulher no mundo do trabalho, como sujeito da história, participando, decidindo e contribuindo. Por isso, essa homenagem realmente foi pertinente.

Sr. presidente, desejo fazer menção à minha cidade, à nossa cidade, Joinville, que hoje completa 160 anos de história, de trabalho, de luta, de dedicação, de empreendedorismo e de solidariedade.

Joinville, ao longo desses 160 anos, constituiu-se numa cidade empreendedora porque já é o terceiro polo industrial do sul do Brasil, com empresas que têm expressão mundial, como a Embraco, que é líder no mercado mundial de compressores herméticos, e outras tantas.

Construímos uma cidade solidária, a capital do voluntariado, pois são mais de 500 entidades que detêm o título de utilidade pública. Uma cidade que tem centenas de instituições que desinteressadamente fazem as coisas acontecerem em todos os recantos.

A nossa cidade, eu poderia afirmar, vivencia um desenvolvimento sustentável, já que detém, hoje, a 13ª posição no IDH - Índice de Desenvolvimento Humano. Portanto, é uma cidade que tem uma excepcional qualidade de vida. Mais do que isso, Curitiba é a capital nacional ecológica, mas tem 53m² de área verde por pessoa, ao passo que Joinville tem 353m² de área verde por pessoa, sendo que 50% dessa área já estão preservadas, porque são áreas de rios, áreas de preservação ambiental e uma grande área que fica no topo dos morros, que é preservada por uma lei municipal, a qual chamamos de Lei da Cota 40. A lei federal é Cota 60, mas Joinville preserva seus morros porque o Poder Legislativo criou a chamada Cota 40, propiciando a preservação de grande parte da área verde da cidade.

Sr. presidente, eu diria que Jerônimo Coelho, naquela tarde ensolarada de 1851, quando chegou onde hoje temos estabelecido o Tênis Clube, pelo rio Cachoeira, jamais imaginaria que estaria dando o primeiro passo para delimitar, para erguer, para edificar a maior cidade de Santa Catarina, Joinville.

Eu sempre digo, deputada Angela Albino, que Joinville é o resultado de uma união perfeita dos germânicos, que trouxeram o pragmatismo, o conhecimento tecnológico, ou seja, um povo metódico, organizado, trabalhador, que se juntou à irreverência, à criatividade dos caboclos que já residiam na região. E dessa união perfeita surgiu Joinville, uma cidade empreendedora, solidária, uma cidade que cresce de maneira organizada, planejada, que passa por alguns percalços administrativos nessa última gestão.

Esperamos que o prefeito ainda possa encontrar-se administrativamente nesses dois anos que faltam e que possamos dar a volta por cima, fazendo com que Joinville continue crescendo com planejamento e organização.

Temos alguns sonhos, algumas obras que queremos e vamos conquistar, certamente, com a participação do governo do estado, do governador Raimundo Colombo, que fez uma votação histórica em Joinville: 160 mil votos! Portanto, estamos trabalhando junto ao governo do estado e também junto ao governo federal, em parceria com os empresários, os vereadores, os deputados e o prefeito, porque como diz o nosso senador Luiz Henrique da Silveira: "Após as eleições, temos que enrolar as bandeiras, guardar em cima do armário e voltar as nossas energias, as nossas forças, para defender efetivamente os pleitos da nossa comunidade". É dessa forma que Joinville cresceu, é dessa forma que Joinville trabalha e é dessa forma que Joinville se comporta.

Portanto, estamos pleiteando junto ao governo do estado verbas, parcerias, para fazermos algumas obras, alguns elevados, pois lá não existe nenhum, para melhorar a mobilidade urbana da nossa cidade. Precisamos duplicar a avenida Santos Dumont, que dá acesso ao aeroporto; precisamos fazer a duplicação da estrada Dona Francisca, que liga - e o deputado Silvio Dreveck conhece muito bem Joinville - o distrito de Pirabeiraba, região industrial; precisamos liberar R\$ 6 milhões para que a Ajorpeme, que é a maior associação de microempresas do Brasil, possa edificar, construir, consolidar o chamado Condomínio Empresarial, com 160 microempresas, na zona sul de Joinville, no bairro Estevão de Matos, que é uma região extremamente carente; precisamos melhorar a segurança pública também.

Eu soube, deputado Volnei Morastoni, que Itajaí tem 44 câmeras de monitoramento espalhadas pela cidade. Pois é, a maior cidade do estado, Joinville, tem somente 34! Quer dizer, precisamos implantar mais câmeras de monitoramento, precisamos de mais viaturas, de mais recursos humanos, homens da Polícia Civil e da Polícia Militar, para melhorar a segurança pública de Joinville.

Sr. presidente, temos ainda a pretensão de que o governador Raimundo Colombo crie um fundo para termos bolsas de estudo para o ensino técnico em Santa Catarina. Temos três fundos para o ensino superior: o art. 170, o art. 171 e a Lei Jorginho Mello, mas nenhum fundo para custear o ensino técnico. Ora, o filho do trabalhador, não só de Joinville, mas de Santa Catarina, não tem condições de pagar o Senai, que há algum tempo era de graça, mas que hoje cobra; não tem condições de pagar o passe de ônibus; não tem condições de pagar R\$ 150,00 ou R\$ 200,00 para fazer a qualificação e atender às exigências do mercado de trabalho.

Sendo assim, encerro minhas palavras, sr. presidente, parabenizando Joinville, que é uma cidade com o espírito voltado para o trabalho, é uma cidade alegre, irreverente, uma cidade que representa 25% das exportações de Santa Catarina e 1,6% das exportações do Brasil. Ou seja, Joinville tem dado a sua contribuição para o estado, para o Brasil e para o mundo.

Muito obrigado, sr. presidente, parabéns à maior cidade do estado de Santa Catarina, Joinville!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado Darci de Matos.

Queremos-nos irmanar nesses cumprimentos à nossa querida Joinville, que é um orgulho para Santa Catarina, porque lá foi criado a primeira corporação de bombeiros voluntários do Brasil, que já tem mais de 120 anos.

O próximo orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, pessoas que dão a alegria de sua presença na tarde de hoje.

Quero também estender uma homenagem às mulheres por ocasião do Dia Internacional da Mulher, que foi ontem; parabenizar as nossas colegas deputadas, as cinco que organizaram aqui uma grande, importante, politicamente falando, sessão, no começo da tarde de hoje, alusiva ao Dia Internacional das Mulheres, e dizer que faço minhas todas as palavras pronunciadas desta tribuna durante aquela sessão.

Parabenizo ainda todos os joinvilenses, mais de 500 mil cidadãos, que merecem o aplauso pelos 160 anos daquela cidade, a maior cidade do estado de Santa Catarina.

Ainda sobre as questões debatidas neste plenário, na tarde de hoje, no que se refere à questão dos produtores de fumo, precisamos aprofundar-nos mais nesse debate para poder posicionar-nos com maior clareza entre o que é defesa dos pequenos produtores de fumo e, talvez, interesse dos grandes monopólios fumageiros.

Acho que é preciso separar essas duas coisas para, de repente, não sermos presas fáceis na defesa política de grandes monopólios internacionais, ao invés de defendermos verdadeiramente os 60 mil pequenos produtores de fumo.

Quero fazer também referência ao discurso do deputado Edison Andrino sobre a questão da mobilidade urbana, sobre o problema do lixo, sobre o saneamento básico na Grande Florianópolis. Precisamos discutir mais sobre isso. Concordo com quase tudo o que o nobre colega disse com relação a essas questões. É um absurdo o sistema de transportes e um absurdo maior ainda ou do mesmo tamanho não existir saneamento básico praticamente ou existir muito pouco saneamento básico no estado de Santa Catarina, especialmente na Grande Florianópolis, que pretende viver de turismo.

Quero informar que na noite de hoje, às 19h, no Teatro Álvaro de Carvalho, no centro da capital, teremos a palestra da pediatra Aleida Guevara, que esteve conosco algumas horas atrás e que vai falar do papel da mulher na transformação social. O evento é organizado pela Associação Cultural José Martí, de Santa Catarina, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, SindSaúde, e também pelo Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba União da Ilha da Magia. Então, hoje, às 19h, no TAC, Teatro Álvaro de Carvalho, no centro da capital, acompanhem essa interessante e importante palestra.

Da mesma forma, quero homenagear todas as pessoas que trabalharam no Carnaval e falo especialmente dos policiais e bombeiros militares. Vi diversos deles trabalhando na capital, também em São José e, por certo, em toda Santa Catarina, em todo o estado. Com certeza também os policiais civis, nas delegacias, e os servidores da Saúde, tiveram excesso de carga, de jornada, no período de feriadão, justamente para atender nas

condições mínimas necessárias ao povo de Santa Catarina.

Desde 2007, curiosamente, tenho sido empurrado para esta tribuna para falar em Carnaval. Eu venho das marchinhas de salão na cidade de Imbuia, no alto vale de Itajaí, de colonização alemã e italiana e aqui tenho tido, evidentemente, contato e demanda para estar cada vez mais presente. Com isso cada vez mais me convenço de que o Carnaval é a maior manifestação cultural do povo brasileiro. Alguns até dizem que é o maior espetáculo da Terra.

Aprendi, sr. presidente, a perder, em primeiro lugar, todo e qualquer preconceito contra o Carnaval, já que é uma manifestação popular tão importante como todas as outras manifestações populares existentes no Brasil, de todas as origens étnicas que compõem a sociedade brasileira. Em segundo lugar, o Carnaval é fonte de trabalho e renda para milhares de pessoas, além de ser um evento cultural e informativo de mais alta magnitude.

Então, é dessa forma que precisamos compreender o Carnaval e a sua importância desde a festa em cada rua, em cada comunidade, cada bairro, em cada cidade, até nos estados e no país. Apesar de haver Carnaval em várias partes do mundo, no Brasil ele tem uma dimensão muito especial e muito diferente.

No Carnaval do Rio de Janeiro deste ano, o Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos do Grande Rio homenageou Florianópolis, um fenômeno que precisaria ser mais comentado, mais trabalhado pelas autoridades, inclusive, mas também pelos meios políticos do estado, porque é importante para a capital.

Tenho estado cada vez mais dentro do Carnaval; tenho participado desfilando no Bloco Estrela Azul, de São José, onde o desfile foi no domingo à noite. E São José não reúne menos gente do que Florianópolis. É preciso que as autoridades deem mais atenção para os festejos carnavalescos de outras cidades, pois em São José, por exemplo, tivemos cinco mil pessoas no domingo à noite no desfile dos blocos e é preciso que se trabalhe mais isso.

Aqui na capital, o bloco que ganhou o desfile é do Morro do Céu, na Agronômica, o Bloco das Cuias, que talvez logo se transforme em outra escola de samba.

Como ocorre a cada ano, estamos mais dentro do Carnaval e participamos mais com a União da Ilha da Magia, escola de samba nova, da Lagoa da Conceição. É preciso que se ressalte a militância da diretoria e de seus integrantes, presidida por Valmir Braz de Souza, que é também presidente do Sindicato dos Previdenciários do Estado de Santa Catarina, e também o enredo escolhido. É preciso que se diga também que a União da Ilha da Magia chamou para si um conjunto grande de manifestações populares, de pessoas, de setores, de organismos e de militantes sociais em função do tema escolhido, ou seja, uma homenagem ao povo e à revolução cubana. A União da Ilha da Magia teve esse mérito, essa sensibilidade de entender aquilo que está sendo chamado de tema polêmico. Não se viu polêmica no desfile de sábado à noite na passarela Nego Quirido, o que se viu foram as arquibancadas aplaudindo, cantando junto com a escola e participando efetivamente. Talvez a polêmica fique em alguma esfera de ordem política e ideológica. Mas o samba enredo foi cantado talvez com nunca tenha sido cantado outro em Florianópolis.

Só de camisetas com a estampa de Che Guevara foram vendidas cinco mil. A União

da Ilha da Magia vendeu a R\$ 15,00 cada uma. Qual outra escola e qual outro tema consegue ter essa abrangência social? Essa é a observação que precisa ser colocada e não ficar em cima de uma questão polêmica, achando motivo para falar mal. A União da Ilha da Magia ganhou não somente, mas também porque escolheu um tema que fala do interesse da sociedade catarinense e com isso chamou mais gente para si. Fez um desfile maior, fez um desfile mais organizado, porque são nove os quesitos observados na avaliação de uma escola de samba, com três jurados cada uma, dando 27. Quer dizer que todos eles são adeptos de Che Guevara e de Fidel Castro? Não é o caso. Quer dizer tão-somente que os 27 avaliadores dos quesitos chegaram à conclusão de que a União da Ilha da Magia foi a melhor escola de samba do Carnaval de 2011.

Merecem os parabéns todas as outras quatro escolas: Coloninha, Copa Lord, Protegidos da Princesa e Consulado do Samba. Merecem aplausos todas as pessoas que trabalharam ou brincaram com responsabilidade neste Carnaval. É preciso exaltar a clareza, a inteligência, a sensibilidade social e política da diretoria da União da Ilha da Magia, que escolheu um tema que deve ser discutido. Precisamos refletir sobre a realidade universal e sobre a nossa própria realidade.

Parabéns ao Grêmio Recreativo e Escola de Samba União da Ilha da Magia e a todos os seus integrantes!

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, próximo orador inscrito, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, presenciei, na tarde de hoje, a homenagem da bancada feminina nesta Casa a todas as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher, transcorrido no dia 8 do corrente. Contudo, em virtude do feriado de Carnaval, a homenagem só pôde ser realizada no dia de hoje.

(Passa a ler.)

"Cem homens podem formar um acampamento, mas é preciso uma mulher para fazer um lar.

A mulher é mesmo interessante, deputado Reno Caramori, mesmo brava é linda, mesmo alegre, chora, mesmo tímida, comemora, mesmo apaixonada, ignora, mesmo frágil é poderosa.

A mulher traz beleza e luz aos dias mais difíceis, divide sua alma em duas para carregar tamanha sensibilidade e força, ganha o mundo com sua coragem, traz paixão no olhar, luta por seus ideais, dá a vida por sua família, ama incondicionalmente, arruma-se, perfuma-se, vence o cansaço, chora e ri, sonha.

Tantas mulheres, belezas únicas vivas, cheias de mistérios e encantos, mulheres que deveriam ser lembradas, amadas, admiradas todos os dias!"

Os homens, deputado Reno Caramori, distinguem-se pelo que fazem e as mulheres pelo que levam os homens a fazer.

Eis uma frase forte que precisa ser meditada, refletida, porque a sensibilidade, a astúcia e a competência da mulher fazem o homem, como diz aquela música, gemer sem sentir dor, alcançar suas metas e seus objetivos.

Por isso as minhas mais sinceras e singelas homenagens às mulheres no Dia Internacional da Mulher.

Ouvi atentamente o pronunciamento do deputado Edison Andrino e quero corroborar com a sua manifestação pela amplitude do tema abordado desta tribuna.

Ele falava de questão relacionada à Grande Florianópolis e contextualizo isso por uma visão macro relativa a Santa Catarina, ao sistema rodoviário, ao sistema hídrico, aos aeroportos, às ferrovias, ao sistema de escoamento da produção desse pujante estado.

Penso que esse assunto deve ser tratado com grandeza, com espírito público, com vontade política de fazer acontecer. Não é possível que esta capital acabe de ganhar a pecha de primeira cidade no *ranking* nacional em congestionamento de trânsito e a segunda no mundo. Uma cidade viçosa, linda, maravilhosa, que é o espelho da nação, chega a essa situação!

De acordo com dados da secretaria de estado da Infraestrutura, passam pela ponte Pedro Ivo Campos, aproximadamente, 170 mil veículos por dia, mais do que na ponte Rio/Niterói. Agora, qual é o conceito de sistema modal que queremos para Santa Catarina, para a Grande Florianópolis?

O prefeito Ronério Heiderscheidt deu o pontapé inicial com relação ao transporte marítimo, ao transporte de massa. Mas penso que precisamos atacar de frente essa vertente por um prisma macro, no conceito de região metropolitana, de uma forma integrada, meu líder, deputado Silvío Dreveck, para que possamos dar condições de mobilidade urbana aos municípios catarinenses.

A matéria do *Diário Catarinense*, do repórter Felipe Pereira, no sábado passado, coloca que o governador se reuniu com o secretário de estado da Infraestrutura e também com o presidente do Deinfra e que lá foram apresentados alguns programas, algumas alternativas. E foi feito um apelo, chamando a pessoa que considero um dos maiores entendidos em transporte e mobilidade urbana do mundo, Cássio Taniguchi, ex-prefeito de Curitiba, que foi secretário dos Transportes e Obras e revolucionou aquela cidade, colocando à disposição da população um programa de integração rodoviária de transporte coletivo de massa, que é um exemplo para todo o Brasil e para o mundo, pode-se assim dizer. Coloca também que nos próximos 60 dias apresentar-se-á uma alternativa e a partir daí a contratação de uma empresa para a conclusão, seja através de um túnel de acesso, de uma quarta ponte ou da ponte estaiada, ou buscando a parceria da iniciativa privada.

Eu não sei, mas alguma alternativa precisa ser viabilizada para amenizar o transtorno que é causado pelo engarrafamento do trânsito nesta cidade, pois principalmente nos horários de pique é humanamente impossível deslocar-se na Grande Florianópolis, especialmente do continente para a ilha e da ilha para o continente.

É um tema extremamente importante e por isso, na condição de presidente da comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, juntamente com meus pares, abordá-lo-ei permanentemente porque é atual, pertinente e está relacionado à questão da mobilidade urbana.

E a reflexão, a pergunta que fica é a seguinte: que modelo de sistema modal queremos para a Grande Florianópolis e para Santa Catarina?

Penso ser um tema extremamente importante que, aliás, vem atingindo as grandes metrópoles, as grandes cidades, e Santa Catarina, pela determinação, pelo

espírito do seu povo empreendedor, de um estado eminentemente exportador que atrai investidores, turistas, visitantes, precisa dar condições de mobilidade, de acessibilidade. Inclusive, a não-vinda das partidas da Copa do Mundo para cá, que seria um grande *start*, porque investimentos de milhões de dólares seriam feitos, também passou pelo fato de não termos mobilidade. Eis aí um quesito importante que precisa ser refletido pela sociedade catarinense.

Esse é um momento de união da classe política, e aqui falo de representação suprapartidária. Precisamos, de forma integrada com a nossa bancada federal, os governos federal, estadual e municipal, efetivamente, lograr êxito e tirar da gaveta esses projetos. Técnica não falta, recursos existem, precisamos destacar as prioridades e alavancar a vontade política.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Silvío Dreveck, grande líder do Partido Progressista nesta Casa, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, primeiramente quero fazer um registro com relação à maior cidade de Santa Catarina, Joinville, que hoje comemora 160 anos de existência. E merecem os nossos cumprimentos, as nossas saudações, as suas lideranças políticas, representadas nesta Assembleia pelos deputados Kennedy Nunes, Darci de Matos e Nilson Gonçalves.

Joinville tem a tradição de ter bons representantes, tanto na Assembleia Legislativa quanto na Câmara Federal e no Senado. Para nós, catarinenses, isso é motivo de satisfação.

Acima de tudo, queremos cumprimentar e saudar a população de Joinville pela contribuição que tem dado tanto econômica como socialmente ao nosso estado e ao país. Para nós, catarinenses, é motivo de orgulho e satisfação poder contar com uma cidade tão pujante.

Portanto, parablenzo toda a população que merece o nosso respeito e consideração.

Deputado Valmir Comin, tenho acompanhado, nos últimos quatro anos, nesta Assembleia e antes disso como prefeito, os problemas sérios que acontecem na saúde, na segurança, na educação e no sistema viário. Mas esses problemas não se instalaram nos 60 dias do governo Raimundo Colombo. Os problemas na segurança, no sistema viário, na saúde e na educação vêm de algum tempo e, inclusive, alertamos sobre eles inúmeras vezes nesta Casa, assim como outros parlamentares.

Quero citar um exemplo. Há um presídio em Mafra, portanto, a 60 km de distância de São Bento do Sul. Em São Bento do Sul há uma delegacia que pode manter detido por 24 horas um prisioneiro, quando não é um caso muito grave. Como o presídio de Mafra está superlotado, o juiz determinou que não recebesse mais detentos dos municípios de Campo Alegre, São Bento do Sul e Rio Negrinho. E aí surgiu uma polêmica, tanto é que amanhã haverá um manifesto pacífico na cidade. Na sexta-feira será realizada uma audiência na Associação Empresarial com várias lideranças, não só políticas, mas comunitárias, para buscar uma solução para o caso.

Eu venho acompanhando o problema, como disse, há quatro anos e v.exas. há oito anos, mas parece que explodiu nos últimos 60 dias. Não é verdade! O problema vem de muito tempo e é grave, mas apenas agora está explodindo, talvez porque um novo governo tenha assumido.

Não precisamos ir longe. Em dezembro foi inaugurado o presídio de Itajaí. Lamentavelmente, há poucos dias, o atual governo teve que determinar a instalação de equipamentos e de recursos humanos para colocá-lo em funcionamento. Parece-me que na próxima semana já vai estar em funcionamento.

Deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. conhece muito bem a situação da segurança em Santa Catarina e por várias vezes também alertou sobre essa questão no estado.

Outro assunto que me chamou a atenção - e acho meritória a manifestação dos deputados Edison Andrino e Valmir Comin - foi o transporte urbano, mas penso que na Grande Florianópolis é importante que se tenha alguém que decida sobre o melhor meio de transporte para a cidade.

Passamos quatro anos, e v.exas. até mais do que isso, ouvindo que Florianópolis teria transporte marítimo, metrô de superfície. E nada. Precisamos decidir qual é o meio de transporte mais eficiente ou quais os meios de transporte mais eficientes para o município, para depois encamparmos a ideia, o projeto e fazer acontecer. Porque além do problema do acesso à capital, há também a ligação da BR-282 com a BR-101, sem contar que estão comprometidas as marginais da própria BR-101.

Então, vários projetos e ações são necessários para amenizar o problema da mobilidade urbana, e vamos ter que definir melhor isso na Grande Florianópolis.

Não é diferente o problema no sul da ilha, mais precisamente no acesso ao aeroporto. Quanto já se falou nesta Casa, deputado Valmir Comin, sobre isso. E olha que havia recursos conseguidos pela bancada federal catarinense, não apenas por um partido, mas por todos os partidos que compõem a bancada federal. Numa ocasião eram R\$ 9 milhões, noutra, R\$ 21 milhões. Mas até o momento não vimos obra alguma!

Então, o problema é muito sério. Nesta Assembleia Legislativa fala-se, mas cabe àqueles que têm poder de execução tomar a decisão. Ora, não há entendimento em torno de um projeto, não há entendimento entre as partes interessadas e, a bem da verdade, pouca coisa se fez, nos últimos oito anos, com relação à mobilidade urbana na Grande Florianópolis, principalmente no que diz respeito ao acesso à ilha.

Como estamos falando, até o momento não se viu qual é a melhor, a mais eficiente obra de acesso à ilha. Ao mesmo tempo, há a situação do Aeroporto Internacional Hercílio Luz, porque enquanto não houver mobilidade urbana, não veremos a obra do aeroporto construída.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Esta Presidência gostaria de deixar registrados os seus cumprimentos às mulheres, pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.

Nada mais justo do que as homenagens que foram prestadas, nesta Casa, à mulher catarinense pelas cinco deputadas, juntamente com os deputados. Temos orgulho de estar nesta Casa tendo uma grande repre-

sentação feminina, pois a mulher está usando o espaço que lhe é devido.

A mulher sempre teve essa oportunidade, mas pela própria cultura não participava muito da vida política dos municípios e dos estados. Hoje a realidade já é outra e felizmente encontramos mulheres que orgulham o processo político-partidário, que orgulham a administração pública e também a iniciativa privada.

A mulher, além de administrar a casa, a família, tem desenvoltura para participar da administração de empreendi-

mentos empresariais, quer no comércio, quer na indústria e, por que não dizer, nas profissões liberais.

Por isso, queremos deixar registrada a nossa homenagem à mulher catarinense, à mulher lutadora, que realmente está mostrando o quanto é importante a valorização do ser humano que se dedica a um trabalho, que se dedica a mostrar o caminho dentro da família e da empresa, levando, muitas vezes, o homem não a reboque, mas a seu lado, incentivando e mostrando os caminhos possíveis de ser trilhados.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 015ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Aldo Schneider - Altair Guidi - Dado Cherm - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gilmar Knaesel - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Reno Caramori - Renato Hinnig - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvío Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Cobra do DNIT a melhoria da sinalização nas rodovias que cortam o oeste do estado.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Alerta que as medidas da Anvisa podem afetar 57 mil famílias catarinenses, além de reduzir a arrecadação estadual.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Solidariza-se com o deputado José Milton Scheffer.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Contesta o poder de legislar da Anvisa.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Ressalta o aspecto positivo da homenagem da Grande Rio à Florianópolis, que gerou grande quantidade de mídia espontânea.

Partidos Políticos

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Solidariza-se com as famílias das vítimas e afirma que a imprudência é a principal causa dos acidentes rodoviários.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Lamenta a queda do Brasil no *ranking* mundial de destinos turísticos.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Levanta a questão da construção da ponte estaiada sobre o canal de Laranjeiras, em Laguna, na BR-101.

DEPUTADO ALTAIR GUIDI (aparte) - Crítica o alto custo da ponte estaiada a ser construída na BR-101 e exorta os representantes do sul do estado a fiscalizarem a execução da obra.

DEPUTADO VALMIR COMIN (pela ordem) - Sugere que a comissão de Transportes abra espaço para que os deputados do sul façam vigília permanente para a execução da obra.

DEPUTADA ADA DE LUCA (pela ordem) - Apoiar a sugestão do deputado Altair Guidi.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Externa sua preocupação com as consultas públicas da Anvisa que atingem a fumiicultura catarinense.

DEPUTADO ALTAIR GUIDI (aparte) - Pede auxílio governamental para que os fumicultores troquem de cultura.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Exorta que ação parlamentar contraponha-se às ações da Anvisa que prejudicam fumicultores catarinenses.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Ressalta a importância da Taça Internacional Pioneiro Karl Kulmey para o extremo oeste catarinense.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Convida para o Quilômetro de Arrancada de Caminhões, em Balneário Arroio do Silva.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Enfatiza ser o fumo não somente uma questão econômica, mas de saúde pública; concorda com a intenção de Anvisa de proibir o consumo de moderadores de apetite.

Explicação Pessoal

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Opina que para diminuir o número de acidentes rodoviários é preciso inserir nos currículos escolares disciplinas de educação para o trânsito; reporta-se à Campanha da Fraternidade.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Defende a ideia de que a Alesc coordene o processo de decisão da solução para a questão da mobilidade urbana na capital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente e srs. deputados, quero registrar a passagem, neste final de semana, das comemorações referentes aos 19 anos do município de Bombinhas. Todos os deputados receberam a programação. Quero aproveitar também para parabenizar a administração e a população daquela cidade, que tem fortes características turísticas e que é um orgulho para a nossa região.

Da mesma forma, quero registrar que neste final de semana, srs. deputados, realizará-se, em São Miguel d'Oeste, o XIII Motocão, que é um encontro de motociclistas de nível internacional, pois lá há o grupo de

motociclistas *Cães do Asfalto*, que durante o ano percorre vários estados, vários países da América, inclusive, para fazer visitas e convidar as pessoas para participarem desse evento.

Mais de 2,5 mil motociclistas lá comparecem e a população se reúne para ver os mais diferentes tipos de motocicletas, chegando, no final de semana, a concentrar mais de 20 mil pessoas na praça Walmir Botaro Daniel, onde são feitas as festividades. Naquele local também foi realizado o Carnaval, numa rua própria para eventos turísticos da comunidade do município de São Miguel d'Oeste.

Assim sendo, quero parabenizar André Felipe Machado, Lírio Dalmina e todos os organizadores desse grande evento que marca o oeste catarinense.

Quero informar também aos srs. deputados que estivemos, neste final de semana, no local onde ocorreram aquelas 27 mortes em decorrência de um acidente na BR-282. É lamentável a ocorrência de mais um acidente de graves proporções.

Foram três acidentes seguidos em pouco tempo, envolvendo caminhões e ônibus de turismo. Houve, em 2007, um primeiro acidente, quando um motorista perdeu o controle do veículo e bateu contra um ônibus de turismo provocando 11 mortes. Depois, quando lá já estavam bombeiros, equipes de socorro, populares, houve um segundo acidente, provocando mais mortos e feridos, totalizando, naquela oportunidade, 26 vítimas fatais. E agora, por coincidência, ocorreu mais um acidente gravíssimo com 26 vítimas fatais.

Se formos procurar culpados encontraremos muitos, como o traçado sinuoso da rodovia porque a pista apresenta boas condições, pois foi recuperada pelo DNIT. Só que é uma região que está precisando de uma terceira pista, de obras. Quem sabe até haja necessidade de ser feita, naquela região, a duplicação da rodovia.

Neste momento, estamos também pensando sobre a questão das ferrovias para o oeste catarinense. O nosso presidente, deputado Moacir Sopelsa, que é de lá, sabe a importância para as indústrias, para as exportações a construção de uma ferrovia naquela região, já que muitos veículos pesados saíam das rodovias. Infelizmente, os acidentes que têm ocorrido são acidentes de grande monta, de grande gravidade e com muitas vítimas.

Então, a ferrovia, tão falada em períodos eleitorais, volta agora à discussão, para que o estado de Santa Catarina possa contar também com esse tipo de transporte.

Pelo que verificamos, srs. deputados, num primeiro momento o DNIT poderia investir em uma melhor segurança, principalmente com a implantação de uma terceira faixa em vários locais daquela rodovia e uma melhor sinalização, pois a que existe é muito deficiente, só registra as curvas e não registra o perigo que existe no decorrer da rodovia.

A nossa reivindicação, neste momento, é que o DNIT faça uma nova sinalização advertindo realmente acerca dos perigos da estrada. A falta de sinalização também foi uma das responsáveis por aquele acidente gravíssimo com argentinos na serra da Santa, em Rio do Sul, aonde os motoristas vêm por uma região em que a rodovia permite maior velocidade e repentinamente chegam a uma área de curvas acentuadas e muitas vezes por descuido, por falta de atenção, acabam provocando violentos acidentes.

Foi um acidente terrível, que ceifou a vida de 26 pessoas. Ainda bem que já temos funcionando, deputado Gilmar Knaesel, o Hospital Regional, que ajudou no atendimento às vítimas. Foram contados fatos chocantes no hospital. Um menino de nove anos, que perdeu o pai e a mãe no acidente, cada vez que acordava - eu acredito que já tenha sido liberado esta semana - dizia: "Tia, diz pra mãe vir me buscar porque eu já tô bom". Ele não sabia que os seus pais tinham falecido no acidente e ninguém no hospital tinha coragem de dizer-lhe. Ele acordou durante a madrugada - estava em um dos últimos bancos do ônibus, que foram arrancados pelas madeiras que caíram no caminhão em direção ao coletivo -, caminhou pelo corredor e quando estava conversando com o motorista - ele é a maior testemunha do acidente, pois viu que o caminhão veio tombando - foi jogado, com a batida, para fora do ônibus pelo parabrisa. E aquela madeira entrou arrancando bancos e tudo mais, tanto que as vítimas fatais estavam, deputado Elizeu Mattos, no final do ônibus. Um dos sobreviventes disse, inclusive, que tinha, no mínimo, quatro pessoas vivas ou corpos em cima dele e ele estava em cima de mais quatro ou cinco pessoas e que achava que morreria sufocado.

Para todos terem noção da gravidade do acidente, aquele menino se salvou pelas "mãos" (entre aspas) de Deus, que o tirou do fundo do ônibus para não ser a 27ª vítima.

Então, essa situação é muito preocupante, o DNIT tem que tomar providências urgentes, principalmente com sinalizações adequadas, com a colocação de tachões. Enfim, nas proximidades das curvas tem que ser colocado algum tipo de advertência.

Os acidentes não estão ocorrendo em horário de movimento, estão ocorrendo durante a madrugada, o que demonstra que é o horário em que os motoristas imprimem maior velocidade e há menor cuidado com a direção.

Eram estes, sr. presidente, os fatos que tínhamos para registrar: a comemoração no município de Bombinhas, o XIII Motocão em São Miguel d'Oeste e o acidente em Descanso, que necessita da atenção urgente do DNIT.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado, e quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, porque realmente a BR-282, que vai desde, vamos dizer assim, Joaçaba até São Miguel d'Oeste,

tem muito tráfego de caminhões e representa um risco de vida permanente para motoristas e passageiros que por ela transitam. Por isso nós temos que fazer alguma coisa nesse sentido.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Milton Scheffer, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Obrigado, presidente, deputado Moacir Sopelsa.

Quero cumprimentar os srs. deputados, as sras. deputadas e registrar, inicialmente, a presença nesta Casa do ex-vereador e atual secretário da Câmara Municipal de Timbó do Sul, o nosso amigo Luiz Olmer Cazarré, que nos prestigia com a sua presença na manhã de hoje.

O nosso pronunciamento, no dia de hoje, deputado Manoel Mota, é no sentido de reforçar o convite para a audiência pública na qual discutiremos, na próxima segunda-feira, às 14h, a situação dos fumicultores do estado de Santa Catarina. A audiência pública, que está sendo convocada pela comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, a qual eu presido; pela comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Aldo Schneider, e também através de um requerimento feito pelos deputados Joares Ponticelli e Darci de Matos, acontecerá neste plenário, na próxima segunda-feira, às 14h.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar v.exa. e dizer que essa é uma preocupação muito grande, pois estamos vivendo um momento de intranquilidade em dois setores. O primeiro é o setor do fumo e o segundo é o do arroz. Nós teremos duas tarefas difíceis para podermos ajudar e ser solidários com os produtores nesse momento difícil.

Então, no dia 14 estaremos aqui para ajudar essa categoria tão importante e no dia 16 estaremos em Brasília para defender o direito real dos fumicultores, daqueles que trabalham e produzem a riqueza deste país. Em Brasília ainda teremos uma audiência, no ministério dos Transportes, sobre a BR-101.

O sul contribui muito para o país tanto na fumiicultura quanto na rizicultura. Assim, é chegada a hora de cobrar que a recíproca seja verdadeira e que todos possam ajudar esses setores fundamentais da economia.

Portanto, quero cumprimentar v.exa. e dizer que são duas vozes fortes que lutam por um objetivo: ajudar a área produtiva. E, se Deus quiser, conseguiremos ajudar aqueles que produzem, trabalham e constroem a riqueza do nosso país, que são os nossos arrozeiros e os nossos fumicultores.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Muito obrigado, deputado Manoel Mota, pela sua contribuição ao meu pronunciamento, pois v.exa. já tem um trabalho de longa data nesse segmento.

A audiência pública de segunda-feira vai tratar das Consultas Públicas que a Anvisa está fazendo, as de n.s 112 e 117, cujo principal foco é a comercialização do cigarro, mas que vão trazer para o Brasil impactos econômicos e sociais muito grandes.

Temos, hoje, mais de 57 mil famílias que vivem somente da fumiicultura em Santa Catarina. O fumo, que é cultivado desde Passo de Torres, no extremo sul, até São Miguel d'Oeste, tem uma cadeia produtiva que envolve

transportadores, fornecedores de insumos, metalúrgicas, mão de obra de pedreiros, enfim, uma série de prestadores de serviços, gerando milhares de empregos, deputado Dóia Guglielmi, em toda Santa Catarina. E não podemos calar-nos porque os argumentos que têm sido colocados não são coerentes. Em primeiro lugar, a Anvisa não pode legislar sobre propaganda. Uma das consultas públicas quer impedir que algum comércio exponha, por exemplo, o cigarro para ser vendido. Ou seja, a carteira de cigarro legalizada, que hoje rende mais de R\$ 8 bilhões em impostos neste país, vai estar no mesmo lugar em que está a carteira de cigarro que vem do Paraguai e não paga impostos. Ela será vendida como se fosse um produto de contrabando.

A outra consulta diz respeito à mistura de ingredientes, que nada mais é do que açúcares e produtos que permitem o consumo do cigarro, mas que não afetam a qualidade do produto, porque essa mesma mistura que é feita no cigarro com glicose e outros produtos, é a mesma feita na maioria dos gêneros alimentícios consumidos diariamente pela população, inclusive pelas crianças nas escolas. Não é ela que traz o vício. A nicotina está no fumo, está na folha do fumo, e essa não será retirada da composição do produto.

Então, essas duas consultas públicas que estão sendo feitas vão gerar um impacto econômico muito grande na economia de Santa Catarina, na arrecadação de impostos do governo, mas também vão gerar, ao mesmo tempo, um incremento no contrabando de cigarros de outros países, porque o fumante vai continuar fumando.

Não somos a favor do fumante, mas somos a favor de que o fumicultor de Santa Catarina tenha onde vender o seu produto. E somos a favor também de que se crie um programa de busca de alternativas para o pequeno agricultor, para que o atual plantador de fumo possa migrar para outra atividade com segurança.

Então, que o governo federal permita que pelo menos metade desses R\$ 8 bilhões que ele fatura por ano com a venda de cigarros seja investida em pesquisas, em extensão rural e em investimentos na propriedade, a fim de que o pequeno agricultor possa buscar outra atividade, mas com lucratividade, com o mesmo rendimento, deputado Elizeu Mattos, que a fumiicultura lhe dá hoje. O agricultor planta fumo porque não possui alternativa, e cabe ao governo utilizar os impostos da cadeia produtiva do fumo para ajudar a agricultura familiar a buscar uma alternativa para a sua subsistência.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado, tenho acompanhado essa questão da fumiicultura e, hoje, o nível de alcatrão e de nicotina dos nossos cigarros é bem diferente daqueles que vêm do Paraguai, que não possuem controle nenhum de sanidade. Quando se consome um cigarro vindo do Paraguai, não se sabe o que se está consumindo!

V.Exa. relatou que são 57 mil famílias em Santa Catarina e estudos mostram que no Brasil um milhão de pessoas, hoje, depende da fumiicultura. O meu cunhado é da Souza Cruz, portanto, posso dizer há uma preocupação total. Se em Abdon Batista acabarem com a fumiicultura, o povo de lá vai ter que se mudar, porque o município sobrevive do fumo.

Essa preocupação é relevante e o que nos deixa bastante preocupados é o fato de que o poder legiferante é do Poder Legislativo e não da Anvisa, que através de resoluções está criando normas no país. Se a Anvisa pode resolver isso, não há necessidade do Parlamento neste país.

Então, quero cumprimentá-lo por levantar essa questão preocupante para a economia do Brasil e de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Obrigado pela sua contribuição, deputado Elizeu Mattos.

Srs. deputados além do fato de essas duas consultas públicas tratarem de temas que não vão mexer em nada, não existe nenhuma prova científica de que a adição de açúcares e de umectantes cause dependência - e sim a nicotina. Não existe nada provado. Além disso, deveríamos investir, sim, na conscientização da população sobre os efeitos maléficos do cigarro, das bebidas alcoólicas etc.

No Canadá, a Convenção Quadro também foi aplicada, mas não houve redução do número de fumantes e, o que é pior ainda, hoje 65% dos cigarros comercializados naquele país é fruto de contrabando. Só que o Canadá não é produtor de fumo, mas o Brasil o é e não pode penalizar o pequeno agricultor, que já paga uma conta grande neste país, sem qualquer benefício.

Por isso a importância dessa audiência pública de segunda-feira. E quero reforçar aqui o convite a todos os srs. parlamentares e às lideranças para estarem presentes. A Fetaesc, a Faesc e vários sindicatos rurais estarão presentes nesta Casa e daqui sairá uma proposta que será levada a Brasília no dia 16.

Amanhã acontecerá a mesma audiência pública no Rio Grande do Sul - e estaremos em Santa Cruz do Sul, a convite da Assembleia Legislativa gaúcha -, no sentido de mobilizar e chamar a atenção para que haja outra forma de implantar essa questão das consultas públicas do Brasil e para que não prejudiquem os nossos pequenos agricultores. Eles seriam os grandes penalizados nesse momento, pois grande seria o impacto na economia e também no meio social agrícola catarinense e do Brasil.

Era isso o que tinha a dizer, sr. presidente!

Muito obrigado pela oportunidade!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado José Milton Scheffer.

O próximo orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, público aqui presente na manhã de hoje, quero ainda fazer um arremate sobre o Carnaval de 2011 e registrar a vitória da Beija-Flor, no Rio de Janeiro, e a importância da homenagem que a Grande Rio fez à cidade de Florianópolis, a Ilha das Bruxas, de Franklin Cascaes.

Gostaria também de registrar que dos blocos que disputam oficialmente o Carnaval em Florianópolis o vencedor foi o Dascuia, do Morro do Céu, comunidade próxima ao centro da capital, e que em São José o bloco vencedor foi o Futsamba. Como disse ontem, participei, até por morar na região da Serraria, do Estrela Azul, mas o bloco vencedor foi o Futsamba.

Em Joaçaba ganhou a Vale Samba. Talvez o deputado Moacir Sopelsa e outros deputados da região estivessem torcendo por outra escola de samba, mas venceu a Vale Samba em Joaçaba.

Em Florianópolis, há três anos apenas quatro escolas de samba participavam do Carnaval, mas agora há uma nova escola de samba, que é a União da Ilha da Magia, que foi campeã já no terceiro ano em que desfilou no Carnaval da capital. No ano passado ela foi vice-campeã e neste ano foi campeã do Carnaval de Florianópolis.

Falou-se bastante nesse assunto, pois a escola da Lagoa da Conceição, a União da Ilha da Magia, homenageou Cuba, com o samba-enredo *Cuba, sim, em nome da verdade!* Houve muitas pessoas que não gostaram muito do enredo escolhido pela escola da Lagoa da Conceição, mas é preciso dizer também que muitos gostaram bastante, a ponto de se engajar de corpo e alma na escola.

Pelo tema escolhido pela escola de samba campeã do Carnaval de Florianópolis e pelo fato de ter sido campeã, o nosso Carnaval foi mais falado em 2011 do que em todos os anos anteriores. O tema tem um significado universal e, portanto, foi falado em praticamente todos os lugares onde há Carnaval, ou aonde se preocupam com o Carnaval, no ocidente, pelo menos.

Eu li uma notícia em um veículo de comunicação internacional, ontem, que dizia que Cuba fora campeã do Carnaval do Brasil. Ou seja, o nosso Carnaval passou a ser apresentado como o Carnaval do Brasil e adquiriu, então, uma importância nos meios de comunicação não só no país, mas pelo mundo afora.

Ontem, falei aqui que a União da Ilha da Magia foi campeã não só pelo samba enredo. É evidente que existem diversos fatores que contribuem para isso, e citava como um deles o engajamento de setores importantes da sociedade da Grande Florianópolis em geral, no Carnaval. Para ilustrar esse engajamento, citei que a escola vendeu cinco mil camisetas com a estampa de Che Guevara. E daí algumas pessoas meio que ironizaram o meu pronunciamento, dizendo: "Mas não há um contrassenso nisso"? Não! Em primeiro lugar, porque estamos numa sociedade capitalista, e aqui e em nenhum lugar do mundo capitalista faz-se camiseta e distribui-se de graça. Aliás, fazia-se muito isso para trocar por voto, há algum tempo, e agora é proibido, felizmente. Não sei se as outras escolas distribuíram de graça as camisetas, mas a União da Ilha da Magia vendeu cinco mil camisetas, o que mostra o engajamento da comunidade. As pessoas foram lá para comprar e não para ganhar. Elas foram lá para ajudar, para contribuir, e não para ganhar um presente. E esse é um diferencial que deu o título à escola de samba União da Ilha da Magia.

Aliás, como tudo no Brasil e nos outros países capitalistas, inclusive em alguns países que se requerem socialistas, as coisas têm que ser vendidas. Ainda estamos, em nível mundial, universal, sob a égide do capitalismo, no qual as coisas são produzidas para serem mercadorias em primeiro lugar, ou seja, para gerar lucro a alguém. E só são produzidas mediante esse pressuposto. Aquilo que não se pode vender, não se produz no mundo capitalista. Isso vale para os chocolates. Não há como dar um presente para alguém no Brasil a não ser entrando na lógica capitalista. Se a pessoa vai dar um livro de presente, ele também está na lógica capitalista. Se a pessoa vai dar uma caixa de chocolate de presente, da

mesma forma. Aliás, no Brasil, se formos dar um medicamento para uma pessoa, estamos na lógica capitalista. Uma consulta médica no Brasil também pode estar na lógica capitalista; a particular ou feita através de convênio também estão na lógica capitalista.

Então, não tem jeito. Nós, que defendemos outra filosofia de mundo, morreríamos em três dias se não encarássemos a realidade tal qual ela é, mesmo refletindo sobre diversos aspectos prejudiciais ao desenvolvimento humano e ao desenvolvimento da civilização, nessa lógica de organização social.

No Brasil, o sistema de transporte, inclusive o coletivo, é também mercadoria e está também subordinado à lógica capitalista. E quero falar um pouco disso porque é um tema que precisa ser refletido cada vez mais. E não só refletido, é preciso haver uma ação efetiva por parte dos poderes constituídos em níveis federal, estadual e municipal.

Tem-se falado aqui na importância de pensar o transporte coletivo e a mobilidade urbana na região de Florianópolis. Tenho defendido a diversificação para não ficarmos amarrados ao modelo rodoviário de transporte, mas é preciso pensar isso também dentro de uma lógica mundial e nacional pelo menos, porque se em nível nacional incentiva-se o desenvolvimento, a produção e a distribuição - distribuição, evidentemente, mediante a compra - de carros particulares, fica difícil refletir o modelo de transporte coletivo eficiente em nível municipal apenas, embora dê para fazer muito coisa em nível municipal, nas regiões metropolitanas e em nível estadual.

Fala-se aqui que o nosso papel de parlamentar é apresentar propostas, fazer a fiscalização e a crítica. E as pessoas dizem: "Ah, mas vocês só falam e não fazem nada". O papel executivo é do governo estadual e federal e dos prefeitos. Parlamentar na Assembleia Legislativa, na Câmara de Vereadores e no Congresso Nacional tem que discutir os assuntos, legislar e fiscalizar. É essa a nossa tarefa e, portanto, o que nos cabe, principalmente na condição de deputado de Oposição.

O sistema de transportes no Brasil, em Santa Catarina e na Grande Florianópolis não tem solução pela via do transporte individual. Aliás, em nível mundial e em nível universal não tem. Nós destruímos a capacidade de sobrevivência do ser humano na Terra, nas próximas décadas, se continuarmos investindo nessa direção. Nós continuamos de costas para o mar, morando numa ilha.

Nada é feito nem pensado se não houver o pressuposto do lucro das empresas que, eventualmente, queiram investir. Parece que o poder público perdeu a possibilidade de investir, de forma pública, através de autarquia, no sistema de transporte coletivo.

É preciso refletir sobre isso, o modelo mundial, nacional, estadual e local só pensa no carro, só pensa em fazer mais pontes. Não que elas não sejam necessárias, mas temos que diversificar o sistema.

Falou-se ontem que sobre a ponte Rio/Niterói passam menos carros do que sobre as nossas pontes. É óbvio! Entre o Rio de Janeiro e Niterói existe um sistema de transporte marítimo. Só por isso. Por que também não há aqui, sendo uma ilha? Essa é a pergunta.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Gilmar Knaesel, por até dez minutos

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, esse tema, com certeza, já foi abordado por outros parlamentares e ainda há pouco o deputado Sargento Amauri Soares fez uma referência à questão.

Como ex-secretário de Turismo, Cultura e Esporte e também como deputado catarinense não poderia deixar de fazer o meu registro pessoal sobre esse momento marcante, de visibilidade para Florianópolis, nossa capital, e também para o nosso estado, no espaço maravilhoso conquistado através de uma escola de samba do Rio de Janeiro, a Grande Rio, que destacou no seu enredo a nossa capital, Flórida, a Ilha da Magia.

Claro que todos acompanharam os desdobramentos, a angústia daquela escola que teve o seu barracão atingido por um incêndio que destruiu mais de três mil fantasias e todos os carros alegóricos. Contudo, em menos de um mês, com muita dedicação, com muita superação, a escola foi para a avenida.

Quero registrar, portanto, esse espaço de visibilidade que a nossa capital ganhou. O Carnaval do Rio de Janeiro é considerado um dos maiores eventos ao ar-livre do mundo. É assistido direta e indiretamente por mais de um bilhão de pessoas através da televisão, jornais, internet. Portanto, não apenas no Brasil, mas no mundo todo é um grande destaque. E é, sem dúvida, uma das coisas mais criativas, uma questão cultural. É um grande teatro e, por que não dizer, uma grande ópera que é levada para a avenida.

A nossa Ilha da Magia, principalmente o folclore destacado tão bem por Franklin Cascaes ao longo de sua vida, as bruxas, que podem ser lenda ou um pouco verdade, enfim, estão dentro da nossa cultura e foram muito bem exploradas pela Grande Rio.

Estive assistindo ao desfile de Carnaval no Rio de Janeiro e fiquei emocionado, como tantos outros, ao ver artistas, esportistas e personalidades desfilando na avenida. Nossos ícones, nossos destaques, a ponte Hercílio Luz, que é o maior símbolo do turismo de Santa Catarina, o Guga, nosso maior símbolo esportivo, ovacionado no Marquês de Sapucaí tanto quanto Roberto Carlos, despertaram grandes emoções na Marquês de Sapucaí. Quero fazer esse registro porque lá estive e vi a interação do Guga com todos que lá assistiram ao desfile.

Também há a questão das nossas cinco escolas de samba, que tiveram o seu espaço de destaque, assim como os nossos dois times de futebol, Avaí e Figueirense. O conjunto do desfile mostrou ao Brasil e ao mundo esta nossa ilha maravilhosa, este nosso cartão postal, do qual todos nós, catarinenses, nos orgulhamos.

Quero aqui dizer que se houve dinheiro público ou não, porque muitas vezes se discute isso, é irrelevante. O que se ganhou de mídia, deputados, é algo impagável, pois não se consegue contratar uma mídia dessas. É uma mídia espontânea, que valor nenhum é capaz de pagar.

Ao longo dos anos em que estivemos à frente da secretaria tentamos trabalhar com grandes eventos esportivos, culturais, com participação em feiras, congressos, mas, acima de tudo, procuramos aproveitar a mídia que esses grandes eventos geram para mostrar o lado místico, o lado cultural e fortalecer esse segmento que é tão importante, economicamente, para o nosso estado.

Sei que houve uma pessoa que teve uma participação especial, que trabalhou muito

para aproximar a Grande Rio da nossa ilha. Refiro-me ao empresário Max Gonçalves, um dos dirigentes daquela escola, a quem quero cumprimentar. Quero cumprimentar também o presidente da escola, Hélio Ribeiro, e o carnavalesco Cahê Rodrigues, que fizeram um grande trabalho na Acadêmicos do Grande Rio.

É claro que, como comentava há pouco com o deputado Edison Andrino, já entrando um pouco na questão do folclorista Franklin Cascaes - não sou manezinho, moro aqui há muitos anos, mas não tenho o sotaque original -, o manezinho diria que a bruxa estava solta! Primeiramente pelo incêndio, depois porque na avenida não choveu a noite toda, as demais escolas desfilaram sem chuva, mas quando a Grande Rio entrou na Marquês de Sapucaí caiu uma tromba d'água, deputado Reno Caramori. Entretanto, assim que terminou o desfile, parou a chuva.

Como se não bastasse, o primeiro carro alegórico era uma bruxa, cujo chapéu não conseguiu passar por um dos travessões da avenida, onde ficam as transmissoras de TV. Tiveram, então, que rebaixar o chapéu para que o carro conseguisse passar. E ainda houve outro fato a destacar, o tombo da apresentadora Ana Hickmann. Eu não sei, mas acho que a bruxinha estava solta mesmo!

Tenho certeza de que todos os que militam na área cultural - e o jornalista Moacir Pereira também fez referência, em sua coluna - sabem que Franklin Cascaes tem sido muitas vezes esquecido. Há o museu, todos os seus livros, sua biografia, todo um material sobre essa questão e muitas vezes nós, catarinenses, esquecemos esse lado místico, saudável e importante, que faz parte do cotidiano dos ilhéus.

Queremos destacar ainda, ao final, o Carnaval de Florianópolis, porque ao longo dos últimos oito anos, como secretário, sempre incentivamos os festejos momescos de Joaçaba, de São Francisco do Sul, de Laguna e de tantas cidades que transformaram o Carnaval num evento cultural. Uma questão que precisa ser preservada.

Em Florianópolis os desfiles das escolas de samba vêm crescendo a cada ano. Este ano uma escola nova, da Lagoa da Conceição, a União da Ilha da Magia, foi vitoriosa logo no seu terceiro ano de apresentação. Enfim, essa referência é importante, mais um ponto de destaque na mídia nacional e internacional.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, srs. deputados, ocupo este espaço destinado ao meu partido, o PSDB, para fazer um registro de mais um grave acidente ocorrido no extremo oeste de Santa Catarina, no trecho próximo a São Miguel d'Oeste, na região de Descanso, que tem sido, ao longo dos últimos anos, um ponto de graves acidentes, vitimando, desta vez, 26 pessoas.

Lamentamos muito, somos solidários com essas famílias gaúchas que transitavam naquela rodovia, passando por Santa Catarina com destino ao Paraná e cujo ônibus acabou colidindo com um caminhão, fazendo dezenas de vítimas fatais e deixando tantas outras em recuperação no hospital.

Infelizmente, essa é uma sina do nosso estado - e as estatísticas estão aí para

provar isso -, que é, percentualmente, o pior em número de acidentes fatais do Brasil. Ao longo de tantos anos tenho acompanhado isso pessoalmente, pois minha família teve a minha única irmã e meu cunhado vitimados por um acidente de carro há 40 anos, em Lages, na BR-116. Só sobreviveu minha sobrinha de cinco meses, hoje já uma jovem senhora.

Nunca conseguimos curar essa cicatriz em nossa família. Minha mãe e eu somos os sobreviventes na nossa família, pois meu pai já é falecido, e eu também já passei por dois acidentes, o último, há dois anos, lá na BR-470, só não foi fatal porque meu veículo possuía um *air bag* que me protegeu.

Falo isso para mostrar que as nossas rodovias carecem de uma sinalização mais contundente, mais visível nas áreas de risco, mas a imprudência ainda é a grande responsável pelo grande número de acidentes em nosso estado. Infelizmente, as nossas rodovias estão mal sinalizadas, possuem pontos complicados, mas a grande responsável por essa triste marca é, realmente, a imprudência. Somos, em nível nacional, os campeões em acidentes fatais em rodovias.

Como deputados pouco podemos fazer, mas devemos fazer aquilo que nos cabe, que é usar a nossa força de comunicação, através deste microfone, no sentido de alertar os responsáveis, principalmente as estruturas públicas existentes, para que melhorem a fiscalização, fortaleçam a sinalização, mas também, quem sabe, façam com que haja uma punição maior aos responsáveis por esses acidentes.

Isso tudo acontece, como já falei, por imprudência dos motoristas, por embriaguez, por desatenção, por carga de trabalho excessiva. E como não há nenhuma fiscalização, ninguém faz nada para diminuir o número de acidentes.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Rapidamente, início fazendo menção ao assunto que v.exa. colocou sobre o turismo de Santa Catarina e do Brasil.

Sabemos que v.exa. dirigiu a secretaria de Turismo por alguns anos e foi o mentor, juntamente com o governador Luiz Henrique da Silveira, da criação dos fundos. Fez um excepcional trabalho à frente daquela secretaria, aquecendo, alavancando, estruturando, dando condições para que Santa Catarina pudesse crescer em termos turísticos.

Quero dizer que acompanhei a escola de samba Grande Rio com o enredo que fala da nossa capital, divulgando o nosso estado para o Brasil e para o mundo. Foi uma atitude bacana e uma forma de divulgação, através do enredo daquela escola, das coisas boas da nossa história, da nossa cultura e da nossa tradição.

Mas também quero afirmar aqui, deputado Gilmar Knaesel, que ficamos, por outro lado, entristecidos porque o jornal *O Globo* trouxe a notícia de que o Brasil caiu para a 52ª posição no *ranking* mundial em competitividade turística. Isso é muito ruim porque caímos na vala comum a que v.exa. acabou de se referir. Perdemos competitividade porque não temos infraestrutura adequada. Os nossos aeroportos, os nossos portos, as nossas rodovias são precários, e podemos afirmar que, realmente, o Brasil vivencia todos os anos um verdadeiro genocídio. São aproximadamente 40 mil pessoas que perdem suas vidas em acidentes de trânsito. Quem de

nós nunca perdeu um amigo ou um parente no trânsito? Eu perdi dois irmãos e v.exa., deputado Gilmar Knaesel, também teve perdas na sua família. Quer dizer, não podemos mais conviver com essa situação catastrófica. Ou duplicamos, melhoramos as nossas rodovias, endurecemos as leis e punimos os infratores ou vamos continuar vivenciando esse verdadeiro genocídio todos os anos em nosso país, infelizmente.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Agradeço o seu aparte, deputado Darci de Matos, nos dois pontos abordados, mas gostaria de voltar ao último, que se refere à questão dos acidentes fatais em nosso estado.

Quero dizer ainda que v.exa. tem muita razão quando fala que um dos pontos mais tristes deste país é o mau estado de conservação das nossas rodovias, a falta de fiscalização e de todo um conjunto de ações que precisa ser feito para mudar esse cenário.

Aqui em Santa Catarina basta acompanhar os finais de semana, deputado Reno Caramori. Nas segundas-feiras os jornais sempre mostram estatísticas de mortes acontecidas nos finais de semana. Essas estatísticas não baixam, deputado Altair Guidi, da média de 12 acidentes fatais. Essa é a estatística, deputado Manoel Mota! De sexta-feira a domingo morrem 12 pessoas, em média, em nosso estado, vítimas das rodovias. Precisamos mudar esse cenário e fazer a nossa parte. Além de alertar, como todos os deputados aqui fazem, temos que cobrar, acima de tudo, de quem tem a responsabilidade da gestão dessas áreas, para que isso mude em nosso estado e no Brasil.

Era isso o que tinha para falar em nome do PSDB, ao tempo em que nos solidarizamos com as famílias gaúchas que tiveram essa perda trágica em nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao Partido Trabalhista Brasileiro.

(Pausa)

Não havendo oradores do PTB que queiram fazer uso da palavra, o próximo horário pertence ao PP.

Com a palavra o deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, faço uso da tribuna nesta manhã de quinta-feira porque no *Diário Catarinense* de hoje há uma matéria interessante relacionada à tão esperada duplicação da BR-101, com o seguinte título:

(Passa a ler.)

“Definida a empresa que fará a ponte de Laguna para o término da duplicação da BR-101. Consórcio Camargo Corrêa/M.Martins/Construbase deve iniciar a obra de R\$ 597 milhões até julho.

Considerada uma das obras mais complexas para o término da duplicação da BR-101/sul em Santa Catarina, a ponte sobre o canal de Laranjeiras, em Laguna, será construída pelo consórcio Camargo Corrêa/M.Martins/Construbase.

O grupo de empresas venceu a licitação ao apresentar proposta de R\$ 597,2 milhões — o valor máximo não poderia ultrapassar R\$ 605,4 milhões.

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) revelou na quarta-feira, por meio de sua assessoria de imprensa em Santa Catarina, que a expectativa é começar a obra até o final de semestre.

O prazo para a conclusão da ponte, na comunidade de Cabeçadas, é de três anos. O resultado da concorrência pública foi publicado no dia 3 deste mês, no Diário Oficial da União. O consórcio Camargo Corrêa/M.Martins/Construbase levou uma vantagem sobre a proposta do consórcio Nova Ponte (formada pelas empresas OAS e Norberto Odebrecht) de R\$ 601,2 milhões, e da construtora Queiroz Galvão, de R\$ 602,4 milhões.

A ponte será estaiada — ligando cabos a duas torres — e terá 2,8 quilômetros, quatro pistas e acostamento. Segundo o DNIT, encerra-se nesta quinta-feira o prazo para que as outras empresas entrem com recurso. Se não houver questionamentos, será aberto o prazo de 30 dias para a parte burocrática da contratação. O DNIT acredita que o consórcio vencedor comece o estaqueamento antes de julho.

Nova concorrência para a fiscalização.

Para as obras será necessária a contratação de outra empresa que fará a fiscalização. Isso também sairá em concorrência pública. Mas, conforme o DNIT, esse processo não travará o começo da construção da ponte.

O trecho para a obra de Laguna está dividido em dois lotes. O da ponte é o lote 2. O lote 1 é o da duplicação de 5,1 quilômetros e construção de três viadutos, uma passarela e duas passagens para animais.

Até agora, apenas o resultado da habilitação à concorrência do lote 1 foi conhecido. Das 17 inscritas, o Consórcio Gaissler/Tengel e as empresas, Blokos e Bolognesi Engenharia foram desclassificados.

A última entrou com recurso, que ainda não foi julgado. A próxima etapa será a data para a abertura das propostas, que não podem superar o valor de R\$ 71 milhões.

O DNIT informou que o começo do lote 2 não dependerá do lote 1. A ponte em Cabeçadas é obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e tem recursos garantidos. Além de ser necessário para a conclusão da duplicação, o investimento é tido como de importância para o incremento turístico da região Sul - principalmente pela valorização da arquitetura da travessia.

Mas para a duplicação ficar pronta em 2014, como prometeu a presidente Dilma Rousseff, será necessário tempo bom e que não haja novos imprevistos. Menos otimista um estudo da Fiesc diz que a duplicação não acaba antes de 2015.

O projeto de Laguna será dividido em quatro etapas. Primeiro será feita a fundação no solo embaixo da ponte. As escavações terão 2,5 metros de diâmetro e serão protegidas por camisas metálicas. A mais profunda de todas ficará a 75,8 metros de profundidade.

As estacas serão armadas com vergalhões de concreto e, depois, preenchidas com concreto. Serão quatro equipes trabalhando ao mesmo tempo, em pontos diferentes da ponte.

A segunda etapa da obra será a construção dos pilares de concreto. Numa terceira fase, será feita a colocação dos mastros, com 50 metros de altura em relação ao pavimento da ponte.

Em cada lado dos mastros serão instalados 15 cabos, totalizando 60, que terão a função de sustentar e dar equilíbrio à estrutura. Por último, a obra entra em fase de acabamento, quando são colocadas as proteções laterais, pavimentação e pintura de faixas.”[sic]

Realmente é mais um processo que sai do papel. Deputado Manoel Mota, v.exa. que tem sido um aguerrido lutador, deputado Altair Guidi, deputada Ada De Luca, deputado Dóia Guglielmi, deputado José Milton Scheffer, deputado José Nei Ascari, deputado Joares Ponticelli, nós, que utilizamos frequentemente o trajeto de Florianópolis até Criciúma, no extremo sul do estado, entendemos que realmente essa é uma necessidade e que esse desafio precisa ser superado com vontade política acima de tudo.

Espero que nenhuma dessas empresas conteste o resultado, sob pena, de repente, de termos que esperar mais um ano em função de trâmites burocráticos.

O Sr. Deputado Altair Guidi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Altair Guidi - Deputado, para nós, deputados do sul do estado, e para todas as pessoas do sul do estado é decepcionante ver esses dados sobre o valor que vai custar essa ponte. Além disso, acho que não sairá menos do que o dobro estabelecido na licitação. É lamentável, é um abuso à nossa paciência, pois hoje a costa sul catarinense está menos desenvolvida em função dessa obra não ter sido concluída ainda.

Quando estávamos na secretaria do Planejamento, dois anos atrás, a pedido do governador Luiz Henrique fizemos um levantamento sobre a conclusão da obra. Chegou-se à conclusão de apenas quando eu completasse 103 anos a obra estaria pronta! Como faltam 27, 28 anos para isso, o estado parece que vai ter que esperar muito.

É um abuso, pois há seis anos essa obra está em andamento. Há problemas mais difíceis para resolver e a obra não vai estar pronta em 2015, vai até 2020, com toda a certeza.

Tomara que eu esteja enganado! De qualquer forma, quero sugerir que todos os deputados, todas as entidades que lutam pelo interesse público do sul do estado, através da Assembleia Legislativa, controlem e façam a cobrança dessa obra.

Eu fico agradecido pelo aparte e estou à disposição para esse empreendimento.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Obrigado, deputado Altair Guidi.

Reitero aqui o convite para uma audiência pública no próximo dia 28, segunda-feira, a partir das 10h, nesta Casa, com a presença de representantes do DNIT, da Fiesc, da Fetranesc, do Crea e da bancada federal catarinense. E vale aqui a sua sugestão, deputado, para criarmos uma comissão, um fórum permanente para o acompanhamento efetivo da construção...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado.

Deputados, é certo que a comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia tem a obrigação de fazer o acompanhamento tanto das obras estaduais como das obras federais. Por isso a comissão, que é composta por sete srs. deputados, tem a obrigação de acompanhar o andamento da BR-101 e de informar a sociedade catarinense.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Evidentemente a comissão de mérito é a comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, da qual tenho o prazer de fazer parte, na condição de presidente.

Assim, até em função dos deputados do sul estarem vivendo esse tormento diuturnamente, semanalmente, anualmente, quero sugerir, pegando o gancho do deputado Altair Guidi, que a comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano abra realmente espaço para que os deputados do sul façam coro a essa manifestação, no sentido de uma vigília permanente para a execução dessa obra.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Deputado Valmir Comin, parabéns pela sua sugestão, mas quero fazer minhas as palavras do deputado Altair Guidi. Realmente, deputado, nós, do sul, estamos passando um inferno, porque aquilo lá de manhã está de uma maneira, de tarde já está de outra e à noite é pior ainda. Felizmente nenhum de nós ainda sofreu um grave acidente.

Parabéns, e esta deputada faz questão de participar.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

(Pausa)

Na ausência de representantes do DEM que queiram fazer uso da palavra, os minutos seguintes são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, visitantes que prestigiam, na manhã de hoje, o Parlamento catarinense.

Quero, rapidamente, falar sobre algumas questões. Por que venho trabalhando pela qualidade nas autoescolas? Porque, hoje, a arma não é a de fogo, mas o automóvel, que vem matando pessoas e mais pessoas, milhares de pessoas neste estado.

(Passa a ler.)

"Santa Catarina registra aumento de 144% no número de mortes no trânsito no Carnaval.

As estradas de Santa Catarina contabilizaram um triste recorde em acidentes de trânsito neste Carnaval. Foram registradas pelo menos 44 mortes nas rodovias federais e estaduais que cortam o estado. Com o acidente que matou 27 pessoas em Descanso, no extremo oeste, Santa Catarina pode tornar-se o primeiro em mortes no trânsito no Brasil em 2011.

Em quatro dias de feriado e operações da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e da Polícia Militar Rodoviária (PMR) ocorreram 543 acidentes nas estradas. As mortes, geralmente concentradas na BR-101, ocorreram em maior número na BR-282. Foram 43 mortes na rodovia que liga o litoral ao oeste, pouco mais de 26% do número total no Carnaval.

No mesmo feriado, em 2010, 18 pessoas morreram nas estradas de Santa Catarina, um número menor que 2009, que registrou 22 mortes. Em 2011, foram 36 mortes em rodovias federais e oito em estaduais, aumentando em 144% o número de mortes em relação ao ano passado."

Então, se não houver o cuidado de que o condutor esteja pronto e preparado para dirigir, inocentes poderão morrer, acabarão sendo penalizados. Tinha que fazer esse registro porque entendo que é importante.

Eu tive a honra de ser homenageado pela Escola de Samba Navegantes, de Balneário Arroio do Silva. Quero agradecer publicamente, pois fizeram um samba enredo contando a história do caminhoneiro apaixonado que chegou à prefeitura de Araranguá e que criou a corrida de caminhões, evento que terá início no dia 27, sendo o maior do gênero, pois atrai 150 mil pessoas.

Quero aproveitar a oportunidade para convidar todos os pares para fazer parte desse grande evento, dessa festa, que marca a história do sul do estado, que é o Quilômetro de Arrancada de Caminhões, em Balneário Arroio do Silva.

Dia 14, segunda-feira, será um dia importante, pois ocorrerá uma audiência pública para defender os fumicultores, que estão passando por um momento difícil. Não se trata apenas do preço, mas da paralisação do plantio do fumo em Santa Catarina e no Brasil. A minha região, que é arenosa, não tem como sobreviver com outros plantios. Lá estão pequenos fumicultores com apenas 5.000ha, que sobrevivem dessa cultura. Se acabar o plantio do fumo, quem sabe o que vai acontecer?!

Por isso quero dizer que no dia 14 estaremos aqui, às 14h, com garra e determinação, para defender essa área produtiva que é fundamental. No dia 16 estaremos em Brasília porque vai haver uma discussão nesse sentido, pois certas pessoas pensam apenas em paralisar o plantio de fumo, mas nada está sendo feito contra o uso da cocaína, da maconha etc.

Precisamos chamar atenção das autoridades federais porque querem acabar com o plantio de fumo, mas o que deve ser feito urgentemente é colocar policiais nas divisas para que não entre mais neste país a droga que vem destruindo a juventude brasileira.

A audiência pública para tratar da questão da BR-101, obra que vem envergonhando o sul do estado. Eu lutei por 19 anos. Não sei quantos fóruns foram aprovados nesta Casa a esse respeito. Eu caminhei 348km juntamente com vereadores e deputados para buscar a ordem de serviço da obra. Foi feita a licitação da obra no valor de R\$ 2 bilhões. Hoje só uma ponte de Laguna vai custar R\$ 600 milhões, e o deputado Altair Guidi diz que no mínimo vai custar o dobro. Então, não dá para engolir isso. É necessário tomar medidas duras e a comissão de Transportes é o órgão competente para isso.

O Sr. Deputado Altair Guidi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Altair Guidi - Eu agradeço o aparte, mas tenho alguma coisa a dizer sobre o fumo.

Nos Estados Unidos, vários estados da federação não produzem mais fumo, mas o agricultor é subsidiado. E aqui não. Neste país o agricultor é explorado sem ter a carteira assinada. Nós precisamos rever a questão dos plantadores de fumo. É claro que estamos solidários aos plantadores no momento, mas precisamos ver o que vai acontecer mais adiante com a fumicultura.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - É verdade, não há subsídio para o agricultor. É

lamentável, pois isso vem penalizando a área produtiva deste estado.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Quero agradecer a v.exa. e dizer da importância deste evento na segunda-feira. Precisamos fazer essa mobilização para mostrar para a Anvisa o equívoco que vai cometer se implementar essas duas resoluções que estão em consulta pública.

A crise na agricultura será agravada, pois já convivemos com o problema da rizicultura, que é gravíssimo. São mais de 12 mil famílias que estão com uma série de problemas. E 57 mil famílias de fumicultores serão atingidas. Lá na sua região também há muita produção, inclusive do fumo de galpão, o burley, que será a mais atingida caso essas resoluções sejam implementadas. Espero que as audiências, na segunda-feira e na quarta-feira, em Brasília, possam impedir esses equívocos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Com certeza, deputado!

Reitero, portanto, os convites que fiz. Vamos continuar lutando!

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado ao PMDB, com a palavra o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, na verdade, deputado Joares Ponticelli, não dá para dizer qual é a região mais afetada, mas quem mais vai sofrer com essas duas consultas públicas da Anvisa será o extremo oeste catarinense. São pequenos agricultores que têm 18, 19, 20ha; já em termos de Santa Catarina, 235 municípios serão diretamente afetados.

O que me traz a esta tribuna, nesta manhã, além do acontecido na madrugada de sábado, é um fato diferente e que vai ao encontro da manifestação do nosso grande amigo, deputado Gilmar Knaesel, quando se referiu à alegria do Carnaval.

Para nós, oestinos, um fato que nos traz muita satisfação e alegria é o que vai acontecer, neste final de semana, no município de Riqueza, ou seja, a 28ª edição dos Jogos Karl Kulmey, um torneio que envolve municípios do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e da Argentina. É um torneio internacional, do qual participo desde a primeira edição, na modalidade de vôlei. Acredito que o meu condicionamento físico não vai permitir que tenha a mesma desenvoltura de anos atrás, mas estarei entrando em quadra neste final de semana.

Para os amigos terem uma ideia do quão importante é esse torneio para nós, oestinos, basta dizer que participarão basicamente 2.100 atletas. Da Argentina participam os municípios de Capiovi, Montecarlo, Puerto Rico e Ruiz de Montoya. Do Rio Grande do Sul participam os municípios de Cerro Largo, Salvador das Missões e Santo Cristo, cidade de onde era oriunda a maior parte das vítimas do acidente ocorrido na madrugada de sábado. De Santa Catarina os participantes são os seguintes: Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Maravilha, Palmitos, Pinhalzinho, São Carlos, Saudades e o município sede, que é o município de Riqueza.

Esses 16 municípios estarão envolvidos em atividades esportivas neste final

de semana, dentro desse evento importante, que permite a integração com nossos vizinhos argentinos, mas que tem no seu bojo uma homenagem a um pioneiro que colonizou toda aquela região.

Por isso o nome do evento é Taça Internacional Pioneiro Karl Kulmey, que foi quem colonizou o extremo oeste catarinense, parte do Rio Grande do Sul e também da Argentina. Tanto é que a origem do nome Cunha Porã gera hoje muitas disputas judiciais envolvendo terras, porque os índios se intitulam proprietários, mas os legítimos donos das terras são os agricultores que lá estão há mais de 80 anos. Através da busca desse historiador, que representa muito para o extremo oeste catarinense, pudemos perceber que esse nome era o nome que seria dado por ele a um município que seria implantado na Argentina. Esse é um dos fatores que também nos leva a concluir que as terras da nossa região são terras de agricultores.

Mas voltando ao ponto alto desse evento, posso dizer a v.exas. que é o maior evento esportivo do extremo oeste catarinense. Por isso a sensibilidade do governo do estado em participar dele.

Outro fato sobre o qual desejo discorrer diz respeito à situação envolvendo o acidente ocorrido na madrugada de sábado, na BR-282. O que devemos reivindicar? Devemos reivindicar a duplicação daquele trecho? Não sei se essa seria a melhor saída, porque o nobre deputado Manoel Mota já perdeu os cabelos lutando pela duplicação da BR-101 e creio que acabarei perdendo também os poucos cabelos que me restam ouvindo falar desse assunto.

Então, o que vamos reivindicar para a BR-282, que é, pela segunda vez, a recordista em acidentes? Na primeira, em 2007, foram 27 mortos, e agora esse acidente acabou matando mais 27 pessoas, de um município gaúcho que tem laços muito fortes com a nossa região, que é o município de Santo Cristo. Estamos requerendo, evidentemente, ao governo federal que faça estudos, tente saídas plausíveis, imediatas, urgentes, para tentar dar um pouco mais de segurança a todos aqueles que por lá transitam.

Sabemos da vida, do sofrimento dos nossos caminhoneiros, que dia após dia, de sol a sol, transportam as riquezas deste país. Mas pergunto: o que fazia um caminhão, às 3h45, carregado de madeira, naquela estrada? Quem sabe tenha sido pela urgência de chegar ao destino, pois sabemos que sábado à tarde os bitrens estão proibidos de trafegar em todas as rodovias federais do país. Então, acho que a pressa obrigou-o a transitar naquele horário para poder chegar a tempo no seu destino.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero somente fazer uma correção: o maior evento do mundo, hoje, é a Arrancada de Caminhões em Balneário Arroio do Silva, que irá ocorrer nos dias 17, 18, 19 e 20 deste mês.

Então, quero convidar os parlamentares, os caminhoneiros do estado inteiro e do Brasil para participarem desse dia especial, a fim de valorizarmos os motoristas profissionais que carregam a riqueza deste país nos tapetes pretos, ajudando o Brasil a crescer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Está feito o registro, deputado Manoel Mota.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Volnei Morastoni, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, caro deputado José Milton Scheffer, que não está mais presente, deputados Manoel Mota, Valmir Comin, Aldo Schneider, Joares Ponticelli, Altair Guidi, quero abordar, hoje, um assunto relacionado com a Anvisa e com as duas polêmicas recentemente criadas por ela: a proibição de inibidores de apetite e as restrições ao cigarro.

Em primeiro lugar, que atribuições a Anvisa tem? A Anvisa tem, legalmente, a competência de adentrar no campo de restrições dessa natureza? Eu acho que tem. Mas não é exatamente assim que as medidas devem ser tomadas, porque elas geram consequências, como as que poderão ocorrer com os fumicultores, gerando problema social da maior envergadura para milhares de famílias.

Vou fazer uma rápida abordagem, primeiramente, com relação à proibição dos inibidores de apetite. A Anvisa baixou, recentemente, uma determinação proibindo o uso de medicamentos inibidores de apetite e acabou realizando uma audiência pública com especialistas da área para discutir o assunto. Ela proibiu inibidores como a sibutramina, a anfepramona, o femproporex e o mazindol. São quatro produtos utilizados amplamente como inibidores de apetite. Há controvérsia sobre a eficácia dos mesmos e vários tipos de riscos para a saúde, inclusive riscos cardíacos, sem falar nos efeitos colaterais que, sabidamente, esses inibidores de apetite causam.

Nenhum desses medicamentos está registrado pelo FDA nos Estados Unidos e também não são comercializados na Europa. Portanto, esses medicamentos não são utilizados nem nos Estados Unidos nem na Europa.

Sabemos que quando existe algum resultado positivo eles são mínimos e os efeitos colaterais sempre são bastante avantajados. Agora, está certa a Anvisa? Eu acho que está certa. Nesse caso, ela está certa, mas acabou provocando uma audiência pública com os especialistas da área e teve que voltar atrás.

Sabemos que existem alternativas muito mais saudáveis, muito melhores, para fazer frente ao problema da obesidade, ao excesso de peso. Temos as dietas, os exercícios, as atividades físicas, o acompanhamento psicológico, porque nesses casos há, muitas vezes, ansiedade por comer em função de vários problemas e fatores que acompanham as pessoas que acabam tendo esse impulso pela comida. Em alguns casos, inclusive, após muitos critérios, há indicação também da cirurgia bariátrica. A partir do índice de massa corporal, que é o peso da pessoa multiplicado pela sua altura ao quadrado, vai nortear a decisão de uma cirurgia bariátrica.

Então, existem critérios saudáveis, naturais, aliados à força de vontade das pessoas que precisam perder peso sem o uso indiscriminado e comercial dos inibidores de apetite. Essa foi uma das medidas recentes e polêmicas da Anvisa.

Há, agora, outra medida em relação ao fumo, mais especificamente ao cigarro. Quero, de antemão, dizer que me solidarizo

com todos os deputados desta Casa, das comissões de Agricultura e de Ciência e Tecnologia, que convocaram uma audiência pública para a próxima segunda-feira, para debater esse assunto. Solidarizo-me também com as mais de 60 mil famílias em Santa Catarina que vivem do cultivo do fumo, que dele tiram o seu sustento e que não podem ser largadas sem mais nem menos, diante de restrições que impõem sérios prejuízos à sua sobrevivência.

Por outro lado, também precisamos debater com mais intensidade esse assunto, porque acho que a fumicultura está com os dias contados. Precisamos ter, da parte do governo federal, juntamente com o governo do estado, um programa para atender a essas famílias a fazerem a conversão dos seus cultivos. O meu primeiro mandato nesta Casa foi em 1995 e já naquela época dei entrada a um projeto de lei propondo a substituição do cultivo de fumo em nosso estado. Eu até dizia, de uma forma muito sonhadora: "Por que não substituir o cultivo do fumo por flores, por plantas medicinais, por alimentos?"

Ora, a mudança tem que ser com um período de transição, tem que haver subsídios porque participei de audiências públicas com fumicultores nesta Casa e eles me disseram: "Deputado Volnei, nós concordamos". E eles todos concordam em migrar para outro cultivo, só que o rendimento de R\$ 3.000,00 num hectare de fumo, cairia para R\$ 500,00 se fossem plantar feijão. Hoje, eles têm toda uma estrutura adaptada para o cultivo do fumo.

Então, é necessário que o governo do estado e o governo federal se debruçam sobre essa situação, pois quando me refiro ao meu primeiro mandato, lembro que já se foram 16 anos! Dezesseis anos atrás discutimos isso nesta Casa! E quantos anos mais teremos pela frente?!

Essas duas audiências chamadas Consultas Públicas n.s 112 e 117, da Anvisa, propõem dois projetos de resolução, nos quais estão previstas novas restrições ao material de comunicação das marcas de cigarros afixadas nos pontos de venda, assim como, nesse caso pela primeira vez, a vedação à exibição de cigarros nos pontos de venda e a proibição do uso de qualquer tipo de ingrediente no seu processo de fabricação, como é o caso dos flavorizantes, umectantes, ameliorantes e açúcares.

É bom destacar aqui que eles não são os constituintes do fumo, porque os constituintes do fumo, na verdade, são os produtos gerados pela combustão do cigarro e que não são adicionados ao processo produtivo. Entre os constituintes estão a nicotina, o alcatrão e o monóxido de carbono, com alto efeito nocivo.

Entre os malefícios do fumo temos: as neoplasias, os AVCs (derrames), o infarto do miocárdio e os problemas circulatórios diversos, destacando aqui, principalmente, o câncer de pulmão e o enfisema pulmonar.

Recentemente, a USP divulgou uma pesquisa demonstrando os efeitos do fumo, da ação dos hidrocarbonetos que são liberados pela fumaça do cigarro no desenvolvimento de uma doença auto-imune chamada artrite reumatóide. As pessoas que têm uma predisposição genética à artrite reumatóide desenvolvem intensamente essa doença, que tem como características uma série de inflamações em todas as articulações do pescoço, do ombro, do cotovelo, do punho, todas as grandes articulações, com limitações de movimentos provocados pela própria fumaça do cigarro.

Já sabemos que em cada R\$ 1,00 que o governo federal arrecada com o fumo, ele gasta, no mínimo, R\$ 2,00, ou seja, o dobro para tratar as consequências do fumo. Então, é um ledão engano essa arrecadação do governo federal.

Eu sei que os céticos dizem assim: "Medidas como essa da Anvisa vão incentivar o contrabando". Hoje, quase 40% do consumo do cigarro no Brasil já vêm do contrabando. Então, tem que ser combatido esse contrabando.

O que precisamos é encontrar uma resposta para as famílias de fumicultores e acho mais do que justa a mobilização dos deputados, a realização dessa audiência pública, porque essa é uma responsabilidade que, acredito eu, deva ser assumida de forma conjunta pelo governo do estado e pelo governo da união.

As restrições ao fumo são cada vez maiores. Em Honduras baixaram leis que proíbem o fumo, inclusive, nas residências e praças públicas. E o mundo está caminhando nessa direção.

Eu fico estupefato quando vou à Europa e vejo que há ainda um alto consumo de fumo; da mesma forma, quando estive na China fiquei estarelecido com o grande número de fumantes, mas isso está com os dias contados.

Por isso entendo que é mais do que justa a preocupação desta Casa e nós...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0089/2011 e 0090/2011, de autoria do sr. deputado Carlos Chiodini; e 0091/2011, de autoria do José Nei Ascari, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica ainda que serão deferidos de plano os Requerimentos n.s.: 0136/2011, 0137/2011, 0138/2011, 0139/2011, 0140/2011 e 0141/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0142/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0143/2011, de autoria do deputado José Nei Ascari; e 0144/2011, de autoria do deputado Dóia Guglielmi.

Requerimento n. 0135/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do DNIT, pedindo urgência no trâmite legal do processo para desobstrução da BR-280, Km 94, no trecho que liga os municípios de Corupá e São Bento do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão,

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar os nobres colegas deputados, a deputada Dirce Heiderscheidt e o público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Gostaria, brevemente, de fazer uma manifestação com relação a uma matéria que

já foi tratada anteriormente pelos colegas deputados e que diz respeito ao grave acidente que ocorreu no extremo oeste, mas chamando a atenção para um aspecto que, talvez, não tenha sido abordado, ou seja, a triste notícia de que Santa Catarina foi o estado da região sul que mais registrou mortes nas estradas. Foram 43 vítimas fatais em nosso estado, mais do que no Paraná e no Rio Grande do Sul juntos.

Acompanhamos atentamente e lamentamos muito, como cidadãos oestinos, esse acidente - e recentemente, próximo àquele local, já acontecera outro acidente -, principalmente porque foram 26 vítimas de uma cidade de apenas 14 mil habitantes, que é Santo Cristo. Então, deputado Volnei Morastoni, imagine o quão triste e dolorido para uma cidade de apenas 14 mil habitantes é perder, da noite para o dia, 26 pessoas.

No meu entendimento, a maior causa do grande número de acidentes é a falta de educação para o trânsito. Eu mesma já fui vítima de um acidente como esse, que não ocorreu por erro meu, mas que poderia ter sido fatal.

Então, o grande desafio que se coloca é de fato ter nas escolas educação para o trânsito, a fim de preparar crianças e adolescentes para os desafios que se colocarão diante deles como futuros motoristas.

Então, temos que pensar - e este é um desafio para a secretaria de estado da Educação -, deputado Reno Caramori, num programa de educação para o trânsito. Eu não vejo alternativa. Podemos ampliar rodovias, fazer pontes, incentivar o transporte marítimo e o transporte ferroviário, mas os carros e caminhões continuarão existindo e sendo guiados por pessoas que precisam ser educadas para dirigi-los.

Vejam que a própria Polícia Rodoviária Federal afirmou que dos 6.356 testes de bafômetro feitos recentemente, 204 pessoas apresentaram resultado positivo para o consumo de bebida alcoólica. Isso é muito grave! São 204 pessoas! Isso chama a atenção.

Cada vez mais vemos as cidades modernizando-se e qual são, hoje, os maiores sinais de modernidade no trânsito? São a lombada eletrônica e a multa. E o caráter educativo? Onde fica? Não precisaria haver lombada se a sinalização indica que naquele local a velocidade máxima é de 40km/h, por exemplo.

Sr. presidente, quero aproveitar para convidar os deputados para que na quarta-feira da semana que vem, às 9h, em Brasília, participem do lançamento da Frente Parlamentar das Ferrovias. Essa frente parlamentar buscará exatamente uma alternativa para o escoamento da produção e a alternativa é justamente uma ferrovia que corte o estado inteiro. Em seguida, haverá a primeira reunião de trabalho, na qual, provavelmente, será elaborada uma agenda de trabalho relacionada às ferrovias a serem implantadas em solo catarinense.

Também quero manifestar-me brevemente com relação à Campanha da Fraternidade, que foi veiculada nos últimos dias. Este ano ela terá como tema "Fraternidade e a Vida no Planeta". Esse tema, que já foi utilizado durante três outras Campanhas da Fraternidade, abordará exatamente a preocupação que o conjunto das lideranças religiosas tem com os problemas ambientais que estão postos em toda a sociedade.

Haverá o debate nacional sobre o Código Ambiental, que será extremamente polêmico, deputado Volnei Morastoni. Temos que ter capacidade de trazer o tema do Código Florestal Brasileiro para Santa Catarina, discutindo também aqui os problemas.

Mas o tema da Campanha da Fraternidade trabalha com essa temática e a escolha do lema "A Criação Geme como em Dores de Parto" é justamente para associar, simbolicamente, a ideia da natureza com o ser humano e a vida como um todo, porque ela está em risco.

Nesse sentido, é importante também destacar que se fôssemos tratar do problema ambiental teríamos que falar de saneamento, de esgoto, de lixo; teríamos que falar, inclusive, da agricultura familiar e do agronegócio; teríamos que pensar na redução da emissão de gás carbônico; teríamos que falar da Amazônia que, hoje, responde por 80% dos 8% da água doce do planeta. Portanto, todos nós no sul temos a ver com a Amazônia. Não é um problema da Amazônia discutir a preservação da floresta.

É bom que se diga, entretanto, que a crise econômica mundial de 2009 ajudou a reduzir a emissão de gás carbônico. Quer dizer, para alguma coisa ela serviu, pois houve uma redução de 3% nessa emissão, o que representou a maior redução dos últimos 40 anos.

Para nós, mulheres - e ontem falávamos do cuidado com a vida -, não há como não tratar da vida, dos filhos, da nossa relação com o mundo e com as pessoas, se não tratamos do meio ambiente. Não gosto de fazer o debate relacionado ao meio ambiente sem situar o ser humano nessa questão. Ou seja, não dá para preservarmos uma árvore, se não cuidarmos do mendigo que está na frente da nossa casa. Essa sensibilidade com relação às condições de vida e de miséria por que passam as pessoas também tem que ser tratada na questão ambiental.

Quero aproveitar este momento para registrar a presença do Djalma, um grande companheiro e auditor da prefeitura de São Miguel d'Oeste, e também do vereador Cleomar Weber Kuhn, que faz um excelente trabalho na administração daquela cidade.

Eu falava anteriormente da catástrofe que, lamentavelmente, aconteceu num local bem pertinho de vocês. Mas quero deixar o meu abraço e o desejo de que essas sejam sempre manchetes passadas e não futuras.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

O próximo orador inscrito é o deputado Edison Andrino, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, quero também aproveitar a oportunidade para cumprimentar a deputada Luciane Carminatti, uma parlamentar nova nesta Casa, pela maneira como se expressa e pelo trabalho que desenvolve. E até aproveitando a passagem do Dia Internacional da Mulher, que aconteceu nesta semana, desejo a v.exa. felicidade e sucesso nesta Casa. Tenho certeza de que v.exa., com a sua experiência e o seu trabalho, vai representar muito bem não só as mulheres, mas todo o estado de Santa Catarina.

Sr. presidente, vou ser um pouco impertinente ao trazer a esta Casa novamente um assunto sobre o qual, provavelmente, deputada Dirce Heiderscheidt, muitas e muitas vezes vamos aqui nos manifestar, uma vez que esse é um dos grandes problemas, senão o maior problema, da Grande Florianópolis, que é a questão da mobilidade urbana.

Lembro-me bem que quando o DNIT resolveu colocar a praça de pedágio em Palhoça, fiz uma proposta nesta Casa de que a praça de pedágio, deputado Joares Ponticelli, fosse localizada na divisa entre os municípios de Palhoça e Paulo Lopes. Aprovamos a proposta aqui e levamo-la ao DNIT. Daí houve um trabalho desarticulado das prefeituras e de outros órgãos. Não se trabalhou articuladamente, cada um trabalhou por um lado. E o que aconteceu? Manteve-se a praça em Palhoça e cobrou-se o pedágio de um trecho que não está duplicado, o que é problemático e eu não consigo entender. A minha cabeça não consegue entender como é que o governo, e ainda mais do PT, que sempre foi contra a cobrança de pedágio, cobra pedágio de um serviço não realizado! Porque para cobrar um tributo, cobra-se pelo serviço prestado. Ou seja, não há serviço realizado, a rodovia não está duplicada, mas cobra-se pedágio.

Então, acho que temos que criar aqui uma comissão. Anteriormente havíamos criado uma frente em favor da mobilidade urbana da Grande Florianópolis. Quem sabe criamos novamente essa frente ou articulamos com a comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano e faz-se um trabalho articulado.

Eu vi o presidente do Deinfra, nesta semana, dando uma entrevista aos jornais e à televisão dizendo, por várias vezes, que a nova ponte de Florianópolis vai ser uma ponte estaiada. Eu, tecnicamente, não sei bem o que quer dizer. Parece-me que querem ligar a ponte Colombo Salles com a ponte Pedro Ivo Campos. O prefeito de Florianópolis, que tem autonomia constitucional para decidir o que é melhor para a cidade, diz que a solução é um túnel. Já a Fiesc e o setor de transporte rodoviário dizem que nenhuma dessas soluções resolverá e que a solução seria uma nova ponte que entraria em Biguaçu e sairia no Balneário Daniela.

Ora, não vamos resolver o problema de mobilidade urbana de Florianópolis dessa maneira! Acho que o Parlamento de Santa Catarina, principalmente os deputados da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano e os deputados que representam a região da Grande Florianópolis, pode liderar esse trabalho, no sentido de trabalharmos harmoniosamente, buscando uma solução que seja a melhor para a Grande Florianópolis e para Santa Catarina, porque Florianópolis é a capital de todos os catarinenses! Todos os catarinenses por aqui circulam, sem falar nos turistas brasileiros e estrangeiros, que vêm todos os anos visitar a nossa capital e que ficam engarrafados na saída da cidade.

Então, creio que precisamos buscar a melhor solução técnica para o futuro da mobilidade urbana nesta cidade. Dessa forma, proponho, sr. presidente, na manhã de hoje, quinta-feira, que seja criada na Assembleia Legislativa uma frente de mobilidade urbana, num trabalho de parceria com a comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, e que ela lidere esse movimento, realizando aqui uma audiência pública com a presença dos diretores do DNIT, do Deinfra e essa empresa que ganhou o direito de cobrar pedágio.

Na verdade, a referida empresa já deveria estar construindo o anel viário de Florianópolis, porque faz parte do contrato de concessão. Ela tinha um prazo estipulado para começar a construção do anel viário, que apesar de não resolver definitivamente a questão da mobilidade urbana, tirará o trânsito pesado que vem do norte do estado para o sul, e vice-versa, e de dentro do perímetro urbano de Biguaçu, São José e Palhoça.

Já fomos a Brasília duas vezes falar com representantes da ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres -, e eles nos prometeram que no final de 2011 estaria pronto o projeto definitivo de engenharia do anel viário duplicado, que era, deputada Dirce Heiderscheidt, de 50km. Entraria em Tijuquinhas e sairia depois de Palhoça. E parece que agora já reduziram o projeto para menos de 30km, sem a duplicação. Não é isso que está no contrato, mas para aumentar o pedágio eles aumentaram rapidinho! Agora, de quem é a culpa? É da empresa que ganhou o direito de explorar a cobrança do pedágio? Não! A responsabilidade é da Agência Nacional de Transportes Terrestres, que não fiscaliza aquilo que está no contrato.

Então, acho que esta Casa, sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, tem esta função política importante, que é gerenciar essas propostas polêmicas e antagônicas - cada um puxa para um lado. Como é que o Deinfra pode dizer que a melhor solução é a construção de uma ponte usando a estrutura das pontes Colombo Salles e Pedro Ivo, e o prefeito dizer que a melhor solução é um túnel?

Acho que temos que acertar isso. Creio que esta Casa pode, deputado Sargento Amauri Soares, coordenar essa balbúrdia que estão arrumando para a resolução da falta de mobilidade urbana. E também não vai existir nenhuma solução definitiva, enquanto não envolvermos o governo federal. Não é possível que o governo federal não tenha políticas públicas claras, definidas, para o transporte

urbano no país, principalmente para cidades de porte médio e para cidades grandes!

Em Florianópolis em menos de três anos terá que haver rodízio de placas, porque não se anda mais na cidade em dia de chuva. E não é só aqui no centro da cidade, mas também em Palhoça, São José, Biguaçu, é na minha Lagoa da Conceição. No fim do dia, depois do expediente, leva-se de uma a duas horas para chegar à Lagoa da Conceição.

Temos que buscar uma solução, deputada Dirce Heiderscheidt, não no que se refere ao transporte individual, ao automóvel, mas uma solução que englobe, inclusive, a discussão do plano diretor da cidade, para descentralizar as atividades públicas e os serviços essenciais para quem mora nos bairros, como a construção de supermercados, de escolas da prefeitura etc. Precisamos, por exemplo, da prefeitura em Canasvieiras, deputado Sargento Amauri Soares, porque para fazer uma consulta de viabilidade as pessoas têm que se deslocar até a rua Felipe Schmidt. Por que não podemos ter essa facilidade? Na era da informática, das facilidades, da tecnologia, podemos implementar essas ações em Canasvieiras, na Barra da Lagoa, no Pântano do Sul. Por que, não?!

Então, esta Casa precisa coordenar esse processo. Não vamos fazer a ponte, não somos nós que vamos construí-la. Não somos nós, deputados, que vamos construir soluções técnicas para Florianópolis, mas vamos coordenar esse movimento, para que possamos ter a melhor solução para a Grande Florianópolis. E isso também passa - e aí lamento que o governo não tenha encaminhado para esta Casa na reforma administrativa, a criação da região metropolitana, porque tudo isso que estou falando, sem incluir aqui a questão do saneamento básico...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para segunda-feira, às 19h, em comemoração à Campanha da Fraternidade 2011: "Fraternidade e a vida no planeta".

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 011-DL, de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Joares Ponticelli para ausentar-se do País, no período de 24 de março a 05 de abril do corrente ano, a fim de participar, como representante do Estado, da Missão da UNALE, na China.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 16 de março de 2011

Deputado Moacir Sopelsa - Presidente, e.e.

Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

Deputada Ana Paula Lima - 4º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 012-DL, de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Nilson Gonçalves para ausentar-se do País, no período de 07 a 18 de abril do corrente ano, a fim de participar do 9º Seminário Binacional sobre Gestão Pública e o Papel das Empresas no Âmbito das Municipalidades Hispano-Brasileiras, que ocorrerá na cidade de Santander - Espanha.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 16 de março de 2011

Deputado Moacir Sopelsa - Presidente, e.e.

Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

Deputada Ana Paula Lima - 4º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1761ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e onze, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1761ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Maria Margarida Bittencourt Ramos, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2496/10, de Anna Soraya Bacha; Processo nº 2502/10, de Ângelo Ferreira da Silva; Processo nº 2529/10, de Maria Aparecida Rosa Eckert; Processo nº 0191/11, de Valquíria Silvia Vaz; Processo nº 0193/11, de Ricardo Krambeck Junior; Processo nº 0194/11, de Wenceslau Orival Silva; Processo nº 0215/11, de Aparecida de Lourdes Costa; Processo nº 0216/11, de Moises de Faria; Processo nº 0226/11, de Dirlei Teresinha Magnani Campos; Processo nº 0162/11, de Edemilson Gamba, este último aprovado parecer pelo indeferimento. Continuando, aprovado parecer ao Ofício nº 062/SPC/2011 - 15/02/2011, Interessado: Haroldo de Freitas Bezerra - Coronel Médico Diretor do Hospital Geral do Rio de Janeiro "solicita convocação da servidora Márcia Ditrich Tosetto para acompanhar o cônjuge servidor do Ministério da Defesa - Tenente Coronel do Exército". 2) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2487/10, de Rosimília Lima Fonseca; Processo nº 2492/10, de Sérgio Ney Santana de Oliveira; Processo nº 2518/10, de Marília Machado; Processo nº 2528/10, de Marilidia Costa Amaral; Processo nº 0190/11, de Kelly Carolina Weimer; Processo nº 0207/11, de Silvia Beatriz Rizzieri de Luca; Processo nº 0208/11, de Arnaldo Francisco da Silva; Processo nº 0021/11, de Gilmar Pagotto e a Consulta - Ofício DF nº 013/2011 - 09/02/2011, Interessada: Ibrantina Machado - Diretora Financeira da ALESC "Reembolso de despesa com passagem aérea internacional correspondente ao trecho Guarulhos - Emirados Árabes Unidos (troca de passagem da classe econômica para 1ª classe)". Continuando, aprovado parecer pelo indeferimento aos processos: Processo nº 2520/10, de Adiel Fernandes Cipriano; Processo nº 2530/10, de Márcia Bittencourt da Silva, e retirado de pauta pelo relator o Processo nº 0227/11, de Deluana Buss. O relator também deu conhecimento do parecer exarado ao MEMO nº 0051/2011 de 28/02/2011, Ofício nº 064/2011/OE - 22/02/2011 - ADI nº 2011.008396-7, Requerente: Governador do Estado de Santa Catarina - Requerida: ALESC. 3) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2488/10, de Fábio Figueiredo Oliveira; Processo nº 2493/10, de Carlos Roberto Silveira; Processo nº 2494/10, de Laura Elita Viera Amorim; Processo nº 2499/10, de Frederico Alexandre Crippa; Processo nº 2501/10, de Luciane Dalla Barba Cador Zaguini; Processo nº 0210/11, de Zeli Estevam Tramontin; Processo nº 0211/11, de José Selésio Orlandi; Processo nº 0224/11, de Antônio José Duarte Lima e as Consultas: Ofício CL nº 031/2011 - 24/02/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo Aditivo ao Contrato nº 046/2010-00, celebrado com a Empresa Primer Produção e Locação Ltda." e Ofício CL nº 043/2011 - 04/03/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Edital - recuperação do Telhado do Anexo Epitácio Bittencourt - com fornecimento de material e mão de obra especializada". 4) Relatoria da Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, foram relatados pelo Senhor Presidente os processos: Processo nº 2497/10, de Vicente Pacheco Oliveira; Processo nº 2504/10, de Márcia Helena Pereira e Processo nº 2523/10, de Carlos Cesar de Oliveira, que tiveram os pareceres aprovados por unanimidade. 5) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0188/11, de Anderson Macagnin; Processo nº 0209/11, de Silas Antônio Vitorio Pereira; Processo nº 0189/11, de Giovanni Roza e retirado de pauta com pedido de vista ao Dr. José Buzzi a Consulta - Ofício DF nº 214/2010 - 29/11/2010, Interessada: Diretora Financeira da

ALESC "Pagamento de diárias aos servidores comissionados e valor pago a título de diárias também integra a remuneração sujeita a retenção de imposto de renda na fonte". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia quatorze (14) de março. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 10 de março de 2011.

*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Aos dois dias do mês de março de dois mil e onze, às nove horas, sob a Presidência do deputado Gilmar Knaesel, reuniram-se os deputados(a) membros da Comissão de Finanças e Tributação: Gilmar Knaesel, Neodi Saretta, Darci de Matos, Manoel Mota, Silvio Dreveck, Sargento Amauri Soares, Marcos Vieira e Aldo Schneider. Aberto os trabalhos, o deputado Presidente colocou em discussão a ata da 1ª reunião ordinária, que em votação foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente passou a relatar a **MPV/00187/2010, que, em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade**, que altera o dispositivo da Lei 10.297/1996, que dispõe sobre o ICMS. Na prática, a Medida Provisória, de origem governamental, é uma adequação à Lei Complementar Federal 87/1996 e posterga para o ano de dois mil e vinte a possibilidade do setor comercial, especialmente de serviços energéticos e comunicações, de fazer uso de créditos de uso e consumo referentes ao ICMS. A medida frustra a expectativa do comércio e também faz uso de um mecanismo que é válido para o setor industrial, e pode trazer grandes prejuízos econômicos ao Estado. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Silvio Nestor de Souza, chefe de secretaria, li e digitei a presente ata que, após ser lida e aprovada por todos os membros da Comissão acima epigrafada, será assinada pelo Presidente, e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, em dois de março do dois mil e onze.

Deputado GILMAR KNAESEL

Presidente da Comissão
de Finanças e Tributação

*** X X X ***

AVISOS DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2011

OBJETO: RECUPERAÇÃO DO TELhado METÁLICO DO ANEXO EPITÁCIO BITTENCOURT, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS E MÃO DE OBRA QUALIFICADA.

DATA: 28/03/2011 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 28 de março de 2011. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 14 de março de 2011.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2011

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS CELULARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ALESC.

DATA: 29/03/2011 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 29 de março de 2011. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 15 de março de 2011.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

REPUBBLICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2011

OBJETO: Locação de copiadora/impresora digital colorida (4 cores), aquisição de dobradeira de papel automática e de guilhotina hidráulica para atender o Gabinete da Presidência e a Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC.

DATA: 30/03/2011 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 30 de março de 2011. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br)

Florianópolis, 16 de março de 2011.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

OFÍCIOS**OFÍCIO Nº 025/11**

AQUIMOC - ASSOCIAÇÃO DE AQUICULTORES DO MEIO OESTE CATARINENSE

Joaçaba, 23 de fevereiro de 2011.

Senhor

Gelson Merísio

Presidente da Alesc

Florianópolis - SC

Senhor Presidente, atendendo as normas da lei nº 14.762, de 13 de julho de 2009, em seu Art. 3º, item 4, estamos encaminhando à Alesc, cópias de nosso balanço patrimonial e balancetes referentes aos anos de 2009 e 2010. Cremos estar atendendo as regras escritas na referida lei.

Atenciosamente

Clovis A. Segalin

Tesoureiro

Lido no Expediente

Sessão de 15/03/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 026/11

COMPLEXO ASSISTENCIAL LAR ESPÍRITA MARIA DE NAZARETH - ARAQUARI - SC

Araquari, 01 de março de 2011.

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA

Coordenadoria de Documentação - sala 13

Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310 - Centro

88020-900 Florianópolis - SC

Prezados Senhores:

Estamos encaminhando para apreciação, cópia do BALANÇO PATRIMONIAL, DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS, DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO, NOTAS EXPLICATIVAS E RELATÓRIO DE ATIVIDADES realizadas no ano de 2010.

Atenciosamente

Valério Walber - Presidente

Teresinha de Jesus Martins - Secretária

Anexos: Balanço Patrimonial

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Notas Explicativas e Relatório de Atividades

Lido no Expediente

Sessão de 15/03/11

*** X X X ***

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 0004.2/2011**

Acrescenta o §5 ao art. 167 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º.: O art. 167 da Constituição do Estado de Santa Catarina passa a vigorar acrescido do §5º, com a seguinte redação:

“Art. 167 ”

§ 5º Para efeitos de cálculos dos recursos resultante da receita de impostos a serem aplicados na manutenção e no desenvolvimento de seu sistema de ensino, é vedada à inclusão de gastos com inativos, na apuração do percentual da receita resultante de impostos que se refere o artigo 167 da Constituição.” (NR)

Art. 2º.: Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 16 de março de 2011

Neodi Saretta

Deputado (PT)

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Volnei Morastoni

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Moacir Sopelsa

Deputada Ângela Albino

Deputado Pe. Pedro Baldissera

Deputado Ismael dos Santos

Deputada Ana Paula Ilma

Deputada Dirce Heiderscheidt

Deputada Luciane Maria Carminatti

Deputado Narcizo Parisotto

Deputado Altair Guidi

Deputado Jaildon Lima

Lido no Expediente

Sessão de 16/03/11

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de emenda constitucional tem por objetivo excluir os gastos com inativos da educação, objeto de insistentes recomendações por parte do Tribunal de Contas do Estado (TCE), segundo registrado nos Pareceres Prévios das Contas Anuais, uma vez que estão sendo contabilizados como gastos na manutenção e no desenvolvimento de seu sistema de ensino.

Observa-se que as despesas com inativos da educação, por não representarem contribuição para a manutenção ou para o desenvolvimento do ensino, não devem constar da base de cálculo para verificação do limite constitucional estabelecido no art. 212 da Constituição Federal e art. 167 da Constituição Estadual.

Pelo que apurado pelo Tribunal de Contas, identificou-se que o Estado de Santa Catarina utiliza-se dos valores pagos com inativos da educação para atingir o percentual mínimo exigido (25%), contrariando frontalmente a legislação em vigor, bem como não se coadunem com as despesas elegíveis pela Lei Federal nº 9.394/96 (LDB).

Entretanto, no exercício financeiro de 2009, o TCE aponta que o Estado utilizou as despesas com inativos da educação, para compor os gastos com o ensino, no valor de 262,71 milhões. Em 2008, este montante chegou a R\$ 291,81 milhões. No exercício de 2007, o valor foi de R\$ 327,58 milhões. Já em 2006, a quantia chegou à casa dos R\$ 434,94 milhões. Em 2005, totalizou R\$ 292,34 milhões. No ano de 2004, o montante foi de R\$ 372,04 milhões. Em 2003, o valor foi de R\$ 347,73 milhões. Quanto em 2002 chegou à cifra dos R\$ 304,65 milhões. Por fim, no exercício financeiro de 2001 os gastos com inativos da educação totalizaram R\$ 256,74 milhões.

Cabe ressaltar que nos últimos nove exercícios, o Estado de Santa Catarina deixou de aplicar em manutenção e desenvolvimento do ensino, o montante de R\$ 2.890,54 bilhões.

Ressalte-se que o Tribunal de Contas do Estado, na análise das Contas Anuais apresentadas pelo Governador do Estado, vem apontando reiteradamente à necessidade da exclusão dos gastos com inativos na apuração do referido limite constitucional, mediante inclusão do fato como ressalva.

Desta forma, embora esteja claro que o Estado não possa incluir os inativos da educação no cálculo do limite mínimo constitucional em discussão, este parlamentar compreende que por meio desta Emenda à Constituição incluindo o § 5º ao art. 167, exclui os inativos da educação no cálculo dos 25% constitucionais e reforça a garantia da aplicação dos recursos em despesas pertinentes na manutenção e no desenvolvimento de seu sistema de ensino.

Diante do exposto, solicito apoio dos demais Pares à aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição.

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 065/11

Denomina Luiz Carlos Perin o Centro Integrado de Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca - CIDAP, no município de Joinville.

Art. 1º Fica denominado Luiz Carlos Perin o Centro Integrado de Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca - CIDAP, no município de Joinville.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 15/03/11

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei que denomina Luiz Carlos Perin o Centro Integrado de Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca - CIDAP, no município de Joinville.

Médico Veterinário da Secretaria de Agricultura do Estado de Santa Catarina, trabalhou em vários projetos que beneficiaram os agricultores do estado e principalmente na área de piscicultura.

Assim, entendendo haver justificativa suficiente para a presente proposição, solicito o apoio dos nobres Deputados para sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 066/11

Autoriza o Poder Executivo do Estado de Santa Catarina a implantar pontos de entrega voluntária de medicamentos vencidos e institui a política de informação sobre os riscos ambientais causados pelo descarte incorreto desses produtos.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a implantar pontos de entrega voluntária de medicamentos vencidos e instituir a política de informação sobre os riscos ambientais causados pelo descarte incorreto desses produtos, considerados resíduos domiciliares tóxicos, no âmbito do Estado de Santa Catarina;

Art. 2º - A divulgação dos locais para recebimento dos medicamentos vencidos e as informações sobre os riscos causados pelo descarte incorreto desses produtos serão efetivadas através de campanhas publicitárias para esclarecimento e conscientização sobre o risco causado ao meio ambiente pelo descarte incorreto de medicamentos vencidos;

Art. 3º - O Poder Executivo, por meio do órgão competente, ficará responsável pelo recolhimento e destinação final dos medicamentos vencidos coletados em cada ponto implantado para esse fim.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, apontando os órgãos e unidades que serão responsáveis pela sua fiel execução e, inclusive, indicando os locais e prazos de implantação de cada ponto para o recebimento dos medicamentos vencidos.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antônio Aguiar

Lido no Expediente

Sessão de 15/03/11

JUSTIFICATIVA

O presente projeto tem por finalidade dar ao cidadão comum a oportunidade de contribuir com a preservação do meio ambiente, não só oferecendo-lhe locais próprios para descartes de medicamentos vencidos como conscientizando-o da importância desse gesto para o planeta.

É comum, após o uso de medicamentos ou o vencimento desses, as pessoas não saberem o que fazer com as cartelas, frascos ou caixas. A falta de um lugar específico para recolher as sobras desses medicamentos, faz com que esses sejam jogados no lixo.

Ocorre que ao fazê-lo, não imaginam os danos que podem ser causados às pessoas que trabalham nos lixões, às crianças carentes que geralmente vão aos lixões a procura de objetos e podem ingerir tais medicamentos e ao próprio meio ambiente.

Segundo estudos, ao despejar sobras de remédios em ralos ou jogá-los em um lixo comum, as substâncias químicas presentes acabam caindo em rios, ou qualquer outro meio de distribuição de águas, fazendo com que sejam encontrados fármacos nas águas consumidas não só por animais, como pelos seres humanos. Além disso, tais componentes químicos afetam o solo, o ar (se forem substâncias voláteis) fazendo com que prejudique qualquer meio de vida ali existente.

De acordo com o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), os resíduos resultantes da produção e descarte de produtos farmacêuticos são enquadrados como resíduos perigosos, merecendo, assim, tratamento adequado.

No demais, cabe ressaltar ainda que, tanto o plástico, quanto o vidro (materiais mais utilizados na produção de recipientes de remédios) são dois péssimos materiais que levam muitos anos para se decomporem no meio ambiente.

Assim sendo, consideramos tal medida legal de relevância para o avanço do meio ambiente no Estado de Santa Catarina, e face ao exposto, solicito aos nobres colegas parlamentares a aprovação desta matéria.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 067/11

Proíbe a propaganda de medicamentos e similares nos meios de comunicação do Estado de Santa Catarina

Art. 1º - Fica proibida a propaganda de medicamentos e similares nos meios de comunicação sonoros, audiovisuais e escritos no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único - A presente lei atinge tanto os medicamentos de venda sob prescrição médica como os medicamentos de venda livre e similares.

Art. 2º - Esta Lei se aplica a todos os meios de comunicação especificados no art.1º.

Art. 3º - Caberá aos órgãos de Vigilância Sanitária do Estado a fiscalização para cumprimento da presente Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antônio Aguiar

Lido no Expediente

Sessão de 15/03/11

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem o objetivo de proibir a divulgação e propaganda de medicamentos e similares de venda livre ou de venda sob prescrição médica pelos meios de comunicação do Estado de Santa Catarina.

Tal propósito tem por fundamento o indiscutível fato de que o público alvo das propagandas não é o profissional de saúde, mas os interessados em vender, dado o apelo para o lucro sempre presente nessas propagandas.

Outro ponto que, sem sombra de dúvida, deve pesar na decisão pela aprovação do presente projeto é a constatação de que a legislação em vigor (Resolução 96 de 17/11/1998 da ANVISA) não contempla a prática da promoção de medicamentos de forma detalhada e clara, o que de certa forma permite a banalização da saúde e do comércio de medicamentos, sem falar que muitos dos anúncios são ineficientes, utilizando linguagem que visa exclusivamente exaltar os benefícios dos produtos, favorecendo o mau uso dos mesmos.

Ao divulgarem os medicamentos como produto de consumo, as propagandas tendem a induzir a automedicação, agravar patologias ou sintomas, incentivar a aquisição de produtos ineficazes ou inadequados, o que certamente contribui para a ampliação de gastos com o Sistema de Saúde.

Não bastasse tanta irresponsabilidade, observa-se que toda propaganda de medicamentos tem como fechamento a seguinte frase: "No caso de persistência dos sintomas, procure orientação médica". Ora, tal orientação estaria correta se o suposto consumidor tivesse acompanhamento médico desde a prescrição. Ao levantar tal hipótese, simplesmente são desconsiderados os malefícios da automedicação que, além de camuflar a verdadeira causa dos sintomas, pode levar a uma perda de tempo sem tratamento adequado, tempo este muitas vezes precioso para a vida do doente.

Com o interesse de preservar a saúde da população catarinense, frente aos argumentos supracitados, submeto aos meus pares a presente proposição e clamo pela aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 068/11

Estabelece normas para a cobrança, pelo fornecedor de serviços que ofereça ao público área própria ou de terceiros, para estacionamento de veículos automotores nos municípios do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica o fornecedor de serviços, independente do ramo de sua atividade, que ofereça ao público consumidor área própria, ou de terceiros, para estacionamento de veículos automotores, obrigados a observar as disposições aqui estabelecidas.

Art. 2º É vedada a cobrança mínima de horas não utilizadas, como condição de entrada nos estabelecimentos.

§ 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica aos consumidores que optem por serviços de pernoite, diária ou mensalista.

§ 2º Para a cobrança de fração de hora será admitido um arredondamento de até a metade de cada hora para facilitação da cobrança do estacionamento, ou seja, caso seja 12h15min pode-se arredondar para 12h 30min.

Art. 3º Os estabelecimentos de que trata a presente Lei são obrigados a manter registros de entradas de veículos, que será consultado, em caso de extravio do ticket de estacionamento, para que do consumidor seja cobrado apenas o tempo de utilização do serviço.

Parágrafo único. Fica proibida multa por extravio do cartão de estacionamento.

Art. 4º O descumprimento da presente Lei acarretará ao fornecedor multa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), a ser revertida para o Fundo para Reconstrução de Bens Lesados, aplicada em dobro, ocorrendo reincidência e em caso de contribuinte, cassação da inscrição estadual.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente
Sessão de 16/03/11

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que dispõe sobre a cobrança, pelos estabelecimentos que ofereçam ao público área própria ou de terceiros, para estacionamento de veículos automotores nos municípios de Santa Catarina.

O referido projeto traz uma reivindicação antiga de motoristas: a cobrança nos estacionamentos deve ser apenas proporcional ao tempo de utilização, uma vez que estacionamentos cobram preço único de quem usa o espaço, independentemente do

tempo que leva, mesmo que não utilizem o horário de uma hora estabelecido, ou seja, o consumidor deve pagar pelo tempo em que realmente deixou o veículo parado, e não ser obrigado a pagar tarifa inteira.

Sendo uma iniciativa que vem ao encontro dos anseios da sociedade catarinense, espera este Parlamentar contar com o apoio dos demais Parlamentares que integram este Poder para sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 069/11

Declara de utilidade pública a Associação Bombeiros Comunitários de Araranguá.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Bombeiros Comunitários de Araranguá, com sede no município de Araranguá.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho de cada ano, para o devido controle e identificação do cumprimento do disposto no art. 1º desta Lei, sob pena de suspensão do reconhecimento de utilidade pública, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputada Ada De Luca

Lido no Expediente
Sessão de 16/03/11

JUSTIFICATIVA

A Associação Bombeiros Comunitários de Araranguá, com sede no município de Araranguá, que pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual, é uma entidade sem fins lucrativos que tem por objetivo promover a participação da comunidade no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina em forma de cooperação e de forma voluntária, de acordo com o que preceitua a legislação sobre o serviço voluntário, apoiando a organização oficial de bombeiros estatal na execução de serviços de combate a incêndios, busca e salvamento, socorro de urgência, prestação de socorros em caso de inundações, desabamentos, catástrofes e calamidades públicas na área de circunscrição do município, entre outros.

Para dar continuidade às ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a presente proposta.

*** X X X ***

REQUERIMENTO

REQUERIMENTO Nº 004/11

REQUERIMENTO Nº RQS/0180.9/2011

Os Deputados que este subscrevem, com amparo no artigo 40 do Regimento interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, **REQUEREM** a constituição do Fórum Permanente em Defesa da Moralidade Pública, para discutir com a sociedade catarinense o pressuposto de validade de todo ato administrativo, em sintonia com a Constituição da República Federativa do Brasil, garantidora dos princípios de conduta ética, de onde emana a razoabilidade e a justiça. Por conseguinte, este Fórum formulará proposições que tramitarão neste parlamento, auxiliando seus mandatários na tarefa que correspondem às atribuições desta Casa Legislativa, conforme previsto no Art. 39 da Constituição do Estado de Santa Catarina, especialmente no inciso XI, da fiscalização e controle direto dos atos administrativos dos Poderes Executivo e Judiciário.

Sala das Sessões,
Deputado Padre Pedro Baldissera
Deputado Sargento Amauri Soares
Deputado Reno Caramori
Deputado Ismael dos Santos
Deputado Maurício Eskudlark
Deputado Moacir Sopena
Deputado Silvío Dreveck
Deputado Altair Guidi

AROVADO EM SESSÃO DE 16/03/11

*** X X X ***